

✓ PL
2307.9
DIONE MARIA DE FREITAS

MIGRANTES: DE ONDE VENS, PARA ONDE VAIS.

Monografia apresentada à Escola
Superior de Agricultura de Mossoro
para obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

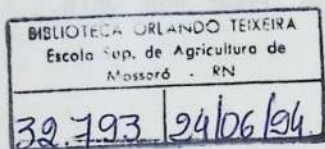
Orientadora

Profª. Olga Nogueira de Sousa Moura

MOSSORO-RN

MARÇO/1994

I.



Ficha catalográfica preparada pela área de
catalogação e classificação da Biblioteca
"Orlando Teixeira" da ESAM.

F 862m Freitas, Dione Maria de	
— Migrantes: de onde vens, para onde	
vais/Dione Maria de Freitas.- Mossoró:	
ESAM, 1994.	
119p.	
1. Migração - fatores econômicos.	
2. Fronteiras agrícolas.	
I. Título.	
CDD - 304.8	

DIONE MARIA DE FREITAS

MIGRANTES: DE ONDE VENS, PARA ONDE VAIS.

Monografia apresentada à Escola
Superior de Agricultura de Mossoró
para obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

APROVADA EM 07/03/94


Profª. Olga Nogueira de Sousa Moura

Orientadora

(ESAM/DCSO)


Profº. José Victor de Carvalho Junior

Co-orientador

(ESAM/DCSO)


Maurina de Souza Sampaio

Membro da Banca Examinadora

(Profª. de Antropologia da URRN.)

MOSSORÓ-RN

MARÇO/1994

DEDICATORIA

A todos os agricultores, em especial ao meu pai, Raimundo Possidio de Freitas (*in memoriam*), que, com uma enxada em suas mãos calejadas, escrevem suas histórias de luta na terra.

AGRADECIMENTOS

- A Deus que, em sua infinita bondade, me ajuda a trilhar os difíceis caminho do dia-a-dia.
- A professora Olga, orientadora desse trabalho, pela sua compreensão e paciência no decorrer deste estudo.
- Ao professor José Victor, pela co-orientação e auxílio prestado nas correções gramaticais.
- A professora Maurina, pela significativa colaboração à finalização dessa monografia.
- Ao professor Maurício, por ter atendido, sempre com bom-humor, aos pedidos de "socorro" por ocasião da digitação do trabalho.
- Aos funcionários do Departamento de Ciências Sociais, Seu João e Rosinha, pelas atenções dispensadas.
- A Equipe de Desenvolvimento-EDEN, Xinguara-PA, pelo apoio prestado durante minha permanência na região.

- A Comissão Pastoral da Terra-CPT, Conceição do Araguaia-PA, por ter permitido acesso ao seu arquivo e por ter me emprestado algumas fontes bibliográficas.
- Aos posseiros da Tupã-Ciretã que, mesmo após tantos anos, ainda guardam em suas memórias, lembranças do conflito permitindo assim que, juntos, reconstituíssemos, a aflição daqueles dias.
- Aos lavradores que chegaram após a desapropriação por terem partilhado, sem reservas, suas experiências de vida, sem as quais esse trabalho não teria sido possível e, em especial, àqueles que me receberam em suas casas com aconchego, agrados e "mimos".
- A minha mãe - a melhor do mundo - que, mesmo distante, me transmitiu afeto e incentivo para que eu prosseguisse sempre com determinação.
- Ao meu irmão Djalma e as minhas irmãs Marilene, Elenimar, Elisa e, em especial, a Antonia Neta por ter me recebido em sua casa permitindo, desta forma, a concretização deste momento.

DADOS BIOGRAFICOS DA AUTORA

Dione Maria de Freitas, filha de Raimundo Possídio de Freitas e Maria de Oliveira Silva, nasceu em Umarizal-RN, aos 11 de dezembro de 1968.

Iniciou sua vida acadêmica na Escola Estadual Zenon de Souza, Umarizal-RN, onde cursou o Primário; o curso Ginásial foi cursado na Escola Estadual 11 de Agosto, na referida cidade. Quanto ao 2º Grau, fez um curso profissionalizante - Auxiliar de Escritório - no Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana, Mossoró-RN.

Ingressou no curso de Agronomia na Escola Superior de Agricultura de Mossoró-ESAM, no segundo semestre de 1988. No decorrer do curso, atuou no Movimento Estudantil como membro do Centro Acadêmico.

Atualmente, cursa o 9º período de Direito na Universidade Regional do Rio Grande do Norte - URRN, Mossoró-RN, com conclusão prevista para dezembro de 1994.

SUMÁRIO

1.0. INTRODUÇÃO.....	1
2.0. O PROCESSO MIGRATORIO NO PAIS: CAUSAS E FATORES ECONOMICOS.....	5
3.0. FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES.....	24
4.0. FRONTEIRA SUL PARAENSE.....	38
4.1. Surgimento do município de Xinguara.....	45
4.2. Fazenda Tupã-Ciretã.....	48
4.2.1. Comunidade Cruz de Pau.....	52
5.0. ANALISE CONCLUSIVA.....	75
6.0. RESUMO.....	79
7.0. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	81
8.0. APENDICE	
8.1. O caso da fazenda Tupã-Ciretã.....	87

1.0. INTRODUÇÃO

O processo migratório, presente no Brasil desde o início da colonização, vem assumindo importância crescente. A prova disso encontra-se fundamentada no seguinte aspecto: enquanto a população, na década de 1940-80, aumentou de 189%, o número de migrantes, no mesmo período, aumentou de 1.076%, sendo que, em 1980, 1/3 da população brasileira vivia perambulando de um lado para o outro, totalizando 40 milhões de brasileiros (MENEZES *et alii*, 1986).

Mediante esse contingente migratório, alguns questionamentos são imprescindíveis: Quem são as pessoas que migram? Quais são as causas dessa migração? De onde vêm essas pessoas? Para onde vão? E o que acontece quando chegam ao local de destino? Será que conseguem encontrar o que buscam ou são obrigadas a continuarem migrando?

Para entendermos como se processa o fenômeno migratório em curso, faz-se necessário um retorno histórico pelos diversos ciclos, haja vista que " os movimentos

migratórios em nosso país têm ocorrido sempre orientados por determinados interesses econômicos, dependendo em geral do grau de dinamismo do sistema econômico e de conjunturas favoráveis no mercado internacional" (SCHAEFER, 1985).

Além disso, discutiremos o modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo, como reflexo da marginalizaçã~o em que vive a maioria dos brasileiros já que a grande diferença na distribuiçã~o de renda e a estrutura concentrada da terra têm gerado conflitos ao longo dos tempos e expulsado a população rural em direção a fronteira.

O direcionamento rumo a fronteira fazia parte da política fundiária de franca opção pela grande empresa, pela propriedade capitalista da terra e demonstrava de forma cristalina que uma transformação na estrutura agrária do país seria adiada por mais tempo, uma vez que a fronteira funcionaria como "válvula de escape" para as tensões que se multiplicavam no campo. Com isso, "os problemas sociais que não foram resolvidos no Centro-Sul do país, através de uma real e efetiva reforma agrária, foram transferidos para a Amazônia" (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992), que se transformou em palco de tensões sociais denunciando assim a falsa ideologia da fronteira pois, ao invés de possibilitar o desenvolvimento da pequena produção, passou a reproduzir a violência do latifúndio e está refletindo os problemas econômicos e sociais gerados em outras regiões.

A explicação para essa dinâmica da fronteira de, num momento, atrair o trabalhador rural acenando com a possibilidade do acesso a terra e melhores condições de vida e, num outro momento (para não dizer simultaneamente), expropriar de forma violenta, está diretamente relacionada com a política de favores fiscais e creditícios que incentivaram muitas empresas a adquirirem grandes extensões de terras para implantação de projetos agropecuários, ou para simples especulação, favorecendo deste modo a expansão e consolidação da pecuária em detrimento da produção familiar.

Para GRAZIANO (1978), a expansão da pecuária está vinculada a afirmação do capitalismo na produção agrícola e estende suas teias às zonas de fronteiras, tendo em vista que consegue "deslocar e/ou assalariar o pequeno posseiro, transformando-o em peão - para derrubada da mata e plantio do capim, ou vaqueiro para a lida com o rebanho". E assim, há formações de grandes propriedades ligadas a companhias agropastoris que se beneficiam dos subsídios fiscais e das "vistas grossas" do Estado para a expulsão dos pequenos produtores sempre mais para adiante, desencadeando a violência característica do capital, reafirmando o processo de concentração da terra e caracterizando, desta forma, o "fechamento da fronteira".

O "fechamento da fronteira" agrava mais a

situação do pequeno produtor e sua cultura de subsistência pois, significa que não há mais "terras livres", "terras sem dono" para serem apropriadas. "Há, sim, zonas não efetivamente ocupadas, mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço, e está sujeita, portanto, aos mecanismos de compra e venda; aí a terra já não é livre e está submetida a uma apropriação privada que reclama uma definição precisa de sua propriedade" (GRAZIANO, 1982).

É mediante esse "fechamento" que nos vem uma preocupação: onde vai viver o pequeno produtor, já que a fronteira - ideologicamente considerada como "locus" de reprodução do campesinato - "fecha suas portas"?

Com o intuito de entendermos como se dá o relacionamento migrante versus fronteira, reconstituiremos a rota dos migrantes que se dirigiram para o Sul do Pará - região caracterizada como fronteira agrícola - tendo como área de estudo a Comunidade Cruz de Pau, da Fazenda Tupã-Ciretã, município de Xinguara-PA.

2.0. O PROCESSO MIGRATÓRIO NO PAÍS: CAUSAS E FATORES ECONOMICOS

A migração sempre se fez presente na história do Brasil e, de certa forma, associada as mudanças estruturais da economia através dos diferentes ciclos econômicos. Visando um entendimento de como se processa o fenômeno migratório, alguns estudos foram feitos para demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo no campo, a concentração da terra e as políticas fundiárias levaram parte da população a deixar sua região de origem e se aventurar rumo ao desconhecido, numa expectativa, muitas vezes, frustrada de encontrar melhores condições de sobrevivência ou, como dizem os próprios migrantes: "achar melhoria".

Com esse intuito, num primeiro momento, faz-se necessário uma conceituação básica sobre migração e, num segundo momento, o entendimento do processo impulsionador do deslocamento populacional, dentro de uma contextualização histórica, destacando os fatores que atuam

no sentido de repulsão/atração e que determinam as diversas origens e destinos dos migrantes.

A conceituação do fenômeno da migração dada por SOUZA (1980), é uma das mais completas. Para ele, trata-se de "um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência em outro."

Numa tentativa de entender os motivos que levam as pessoas a migrarem, alguns autores apontam diversos fatores. LEE (1980), por exemplo, afirma que os fatores que entram na decisão de migrar estão associados ao local de origem e ao local de destino, uma vez que nestas duas áreas concorrem inúmeros motivos atuando no sentido de reter as pessoas ou de atraí-las para si; e outros que tendem a expulsá-las. Os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais também interferem no processo migratório.

Germani (1969) citado por OLIVEIRA & STERN (1980), propõe o estudo da motivação para migrar com base em três níveis de análise: o nível objetivo, que está relacionado com os fatores de expulsão e de atração, além das condições de comunicação entre as zonas de origem e de recepção; o nível normativo, baseado na capacidade de percepção do indivíduo com relação as condições objetivas; e

o nível psicossocial, que toma como referência a própria pessoa, traços de sua personalidade, motivações que, de forma direta ou indireta, estão implícitas na decisão de migrar.

Seguindo o mesmo raciocínio, SINGER (1980) chama atenção para os fatores de expulsão, subdividindo-os em fatores de mudança e em fatores de estagnação. Os primeiros, são provenientes da introdução do capitalismo no campo que acarreta não só a expropriação de camponeses, mas também, a expulsão de agregados e parceiros, entre outros; os segundos, se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional motivada tanto pela escassez física de terra aproveitável como pela presença do latifúndio.

PADIS (1981) faz uma reflexão sobre a estrutura da propriedade da terra e observa que tanto a grande propriedade como a pequena geram o fenômeno da migração. No caso do latifúndio, quando a atividade principal é a agricultura, os males são menores, uma vez que consegue absorver uma razoável força de trabalho durante todo o ano. Porém, se a atividade é de criação de animais, a absorção de mão-de-obra torna-se pequena e, em consequência, gera um excedente populacional. Quanto a pequena propriedade, a expulsão se dá em virtude de sua incapacidade de absorver toda mão-de-obra disponível na área.

Contrapondo-se a opinião de PADIS (1981),

Bagu & Palermo (1966) citado por MUÑOZ & OLIVEIRA (1980), afirmam que o latifúndio e as migrações estão positivamente relacionados pois, sendo ou não produtivo o latifúndio é pouco absorvedor de força de trabalho.

OSORIO *et alii* (1984), dizem que o modo como as migrações têm ocorrido está diretamente vinculado com o modo como se realiza a acumulação de capital, com seus reflexos tanto na geração quanto na destruição de oportunidades de trabalho, pois na medida que elimina atividades econômicas pré-existentes, cria ou expande a oferta de trabalho, gerando, por conseguinte, um excedente populacional que vai se adaptando como pode às exigências dominantes do capital e segue novos caminhos em busca de sobrevivência, através da migração.

Basicamente, todas essas colocações convergem para um único ponto: a desmistificação de que o brasileiro, em especial o nordestino, possui instinto migratório, não conseguindo, por essa razão, se fixar em algum lugar. A expropriação do pequeno produtor motivada pela expansão do capitalismo, a industrialização aliada a modernização da agricultura e a falta de uma política que ataque diretamente a questão do excedente populacional, gerado pelo próprio sistema, na verdade, são os fatores determinantes da migração. Então, não são as luzes da cidade grande que atraem e sim, o campo que expulsa.

No caso do Nordeste, a seca é apontada como fator essencial de expulsão, entretanto, não há registro na história mostrando latifundiários que tiveram que abandonar suas terras em virtude dessa catástrofe climática. É evidente que a seca contribui no sentido de engordar o contingente migratório, mas não foi quem o gerou. O principal fator de expulsão está relacionado com o subdesenvolvimento que anda de mãos dadas com a estrutura altamente concentrada da terra. A prova disso encontra-se evidenciada em alguns argumentos publicados pelo CEM - Centro de Estudos Migratórios, em 1988:

1 - Não há falta de chuva, pois a média pluviométrica anual é de 500mm. Vale registrar que em Israel, Argélia e Marrocos, as culturas conseguem se desenvolver plenamente com precipitações de apenas 100mm. Desta forma, não há relação direta entre falta de chuva e flagelo social (CPT, 1984).

2 - Há recursos hídricos: de 80.000 hectares propícios para irrigação, apenas 24.000 estão sendo aproveitados. No subsolo existem 250 trilhões de metros cúbicos de água na área sedimentar e 50 a 200 milhões no cristalino (IBASE, 1984).

A conclusão é que existe água porém, a mesma se encontra monopolizada nas mãos dos grandes proprietários, ou seja, quem detém o monopólio da terra, também detém o da

água. Assim, "a questão central do Nordeste não é a seca, é a cerca" (CPT, 1984).

Com o intuito de encontrar as raízes que marcaram as migrações, procede-se, agora, uma volta ao passado, mais precisamente, na época do descobrimento do Brasil.

A migração sempre esteve ligada aos ciclos da economia de exportação vividos pelo Brasil (SOUZA, 1980). A exemplo, no século XVI, a cultura canavieira, em franca expansão, atraiu considerável mão-de-obra determinando, juntamente com a concessão de Sesmarias não só o primeiro movimento migratório mas, também, a criação de grandes latifúndios.

Paralelo a monocultura da cana-de-açúcar e com a impossibilidade de criar rebanhos nos canaviais, surgiu nos sertões nordestinos constantes fluxos migratórios motivados, desta vez, por uma economia marginal: a criação de gado.

Ao contrário da cultura canavieira, a criação de gado se deu de forma extensiva e itinerante se transformando ao longo dos tempos num fator essencial de penetração e ocupação do interior brasileiro, que originou o povoamento da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Bahia e Maranhão.

FURTADO (1977) observa que, diferentemente da

cultura canavieira, a pecuária tinha amplas possibilidades para absorver novos contingentes migratórios, pois a "oferta de alimentos é, neste tipo de economia, muito elástica a curto prazo". Em outras palavras, a pecuária era predominantemente uma economia de subsistência. Desse modo, sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que se reproduzia e, também, para o excedente do sistema açucareiro. Assim, a medida que a economia açucareira entrava em decadência, aumentava a migração para a economia criatória, via litoral-interior, e, em consequência, fazia crescer a população do Nordeste.

Com o declínio acentuado do açúcar na segunda metade do século XVII, o mercado para o gado nordestino, também, decresceu, dando surgimento a corrida pelo ouro. As jazidas descobertas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso atraíram grandes fluxos migratórios. Com o esgotamento das jazidas no século XVIII (1799), o país entrou em decadência econômica e as populações voltaram novamente a se dedicar a agropecuária.

Ao fazer um balanço dos movimentos migratórios ocorridos durante os séculos XVI, XVII e XVIII, detecta-se facilmente os fatores de expulsão e de atração que estiveram por trás de cada um desses movimentos. A ocupação do litoral nordestino e o ciclo da monocultura da cana-de-açúcar; a ocupação do interior e o desenvolvimento

da pecuária bovina e a mineração no centro-oeste, elencaram os fatores atrativos. Do outro lado, a decadência progressiva da cana-de-açúcar aliada a depressão ocorrida na economia criatória e o esgotamento das jazidas, atuaram como agentes de expulsão.

O século XIX, em suas primeiras décadas, reflete, ainda, toda uma problemática econômica vivenciada nos séculos anteriores e é marcado por grandes migrações estrangeiras. Para GRAHAM & HOLLANDA FILHO (1984), o padrão migratório dessa época deve ser analisado em relação a mão-de-obra escrava, que estava se esgotando; a cultura do café, que despontava como alternativa de desenvolvimento e a exploração da borracha no Norte, que serviu de escape para a mão-de-obra excedente do Nordeste.

Em meio ao caos que havia se instalado no Brasil em decorrência da queda da mineração, surgiu o café, utilizado até então para suprir as necessidades locais, como uma nova fonte de riqueza capaz de tirar o país do marasmo em que tinha mergulhado.

Todavia, a expansão desta cultura exigia quantidade considerável de mão-de-obra, o que poderia se tornar um fator limitante, haja vista ser a força de trabalho até meados do século XIX, formada por uma massa de escravos já reduzida, em virtude da proibição do tráfico negreiro e, até mesmo, das péssimas condições em que viviam

e que determinavam sua baixa reprodução e alta taxa de mortalidade. Ademais, já se encontravam devidamente empregados na culturas canavieira e algodoeira do Nordeste, o que inviabilizava qualquer transferência desses escravos para a região sul, tanto devido ao alto custo como ao confronto direto com os senhores de engenho da região.

A extinção do regime escravocrata no Brasil em 1888, motivada por fatores externos, principalmente da Inglaterra que se encontrava em plena revolução industrial e tinha interesse na implantação do trabalho assalariado no Brasil; e por fatores internos, caracterizado pelo movimento abolicionista que tinha aflorado no país, agravou mais ainda a falta da mão-de-obra. A população recém liberta migrou, em sua grande maioria, para os centros urbanos.

FURTADO (1977) estranha o rumo seguido pelos ex-escravos. Observa que seria de se esperar que após a abolição da escravatura ocorresse uma grande migração de força de trabalho em direção as novas regiões em rápida expansão, as quais podiam oferecer melhores condições de vida através do pagamento de altos salários. Entretanto, isso não se verificou. A expansão da cafeicultura caracterizada por uma exploração mais moderna e capitalizada, que exigia em decorrência uma mão-de-obra mais qualificada, não poderia ter sustentáculo sobre o ex-escravo e suas técnicas rudimentares.

Por outro lado, o excedente populacional do Nordeste, gerado pela decadência do açúcar brasileiro em concorrência com o antilhano no mercado mundial e, agravado pela seca de 1877/79, não servia para suprir a crescente mão-de-obra exigida pela cafeicultura no sul, em virtude do preconceito existente contra a força de trabalho livre que, no dizer de Costa (1967) citado por GRAHAM & HOLLANDA FILHO (1984), era considerada preguiçosa, sem confiança e incapaz de se submeter a um regime salarial disciplinado e estável nas fazendas. Em outras palavras, a mão-de-obra livre existente no Nordeste era predominantemente nômade; porém, os cafeicultores não viam com bons olhos esses constantes deslocamentos por acreditarem ser característicos dos "caboclos". É bom lembrar que esse nomadismo não constituía decisão própria ou uma característica peculiar do nordestino mas, uma imposição do sistema que o obrigava, um dia, a trabalhar como meeiro; outro, o colocava na condição de posseiro para, finalmente, destitui-lo totalmente dos meios de produção.

A alternativa, então, para suprir essa deficiência foi fomentar a imigração européia. Na verdade a vinda de imigrantes já era vista como alternativa desde o surgimento da Lei Eusébio de Queiroz, na década de 1850. Não foi por acaso que neste período criaram a Lei de Terras. MARTINS (1980) esclarece que a criação da Lei de Terras

tinha sua razão de ser naquela circunstância. Ora, com o comprometimento do trabalho escravo, já se fazia necessário estabelecer critérios para as correntes imigratórias de trabalhadores que chegariam ao país com o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava. Se as terras do país fossem livres, a vinda de trabalhadores igualmente livres implicaria no estabelecimento desses homens como colonos nas áreas ainda não ocupadas pelas fazendas e essa situação não agradava a classe dominante que necessitava da força de trabalho nos seu cafezais. Assim, com a impossibilidade de subjugar o trabalhador através da escravidão, resolveram legalizar o cativo da terra. O ex-escravo e o imigrante geralmente pobre, não poderiam comprá-la e aí, este era obrigado a trabalhar previamente para o fazendeiro e aquele, destituído dos meios de produção, tinha por alternativa migrar.

Desta forma, cafeicultores e o próprio Governo se aliaram numa política que envolveu campanhas de colonização e, até mesmo, preocupações com as relações empregatícias, a fim de incentivar a imigração primordialmente da Itália que, em decorrência da unificação política, estava passando por problemas econômicos tanto no setor industrial como no setor agrícola. A ação conjunta obteve êxito. Na década de 1870, havia cerca de 50 mil imigrantes; na década de 1880, 260 mil e na década de 1890,

650 mil (VELHO, 1979). O apogeu dessa imigração aconteceu por volta de 1895, com a vinda de aproximadamente 106 mil imigrantes, somente naquele ano.

É interessante ressaltar como o objetivo de fomentar a imigração mudou tão abruptamente. Se na década de 1830, o incentivo para a vinda do imigrante visava promover um melhoramento e o branqueamento da raça, colonizar os espaços vazios do sul, com intuito de formar uma camada intermediária entre escravos e senhores capaz de criar alternativas transformadoras da vida sócio-econômica através da pequena propriedade, e tirar o país do atraso imposto pelo período colonial, tornando-o, assim, o "agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira" (PETRONE, 1984), na década de 1870, o imigrante passa a ser visto, somente, como um substituto para a mão-de-obra escrava nos cafezais. De qualquer forma, o imigrante só ficando sabendo dessa mudança de planos, quando aqui chegou.

E, o que aconteceu com o nordestino expulso de sua região pelo trinômio monocultura-latifúndio-seca? Com a decisão da Europa e Estados Unidos entrarem na indústria automobilística, a demanda de borracha cresceu vertiginosamente e, num primeiro momento, foi suprida pelos seringais da Amazônia. O grande impasse para sua expansão era a questão da mão-de-obra. Então, os governantes

resolveram unir o excedente populacional do Nordeste com a necessidade de força de trabalho na Amazônia, o que resultou na transferência de pelo menos meio milhão de pessoas. Desse modo, a miséria nas áreas ressequidas do Nordeste e a expulsão da mão-de-obra levaram um contingente a Amazônia em busca do "ouro branco" extraído dos seringais (FERRARINI, 1979).

O processo de transferência se deu via portos de Recife, Natal e Fortaleza, onde haviam pessoas provenientes das áreas de exploração da borracha - hoje, conhecidas popularmente como "gato"(1) - prontas para recrutarem trabalhadores no meio da massa de desempregados. Ao desembarcarem em Manaus, recebiam armas e mantimentos cujo pagamento, juntamente com as despesas de viagem, seria feito com o trabalho nos seringais. Assim, ano após ano, a burguesia seringalista recrutou nordestinos, financiando todas as despesas para posterior pagamento e transformando o sonho do migrante em acumular riquezas no eldorado da áreas da Amazônia no desejo de quebrar esse acordo que o tornava escravo dos seringais.

FURTADO (1977), comparando os dois grandes

(1) Também chamado de empreiteiro, é a designação dada àquelas pessoas que chegam nas cidades nas quais o excedente populacional é alto e, com falsas propostas de remuneração, alicia os trabalhadores.

movimentos migratórios ocorridos no século XIX, aponta alguns contrastes que marcaram a vinda da imigração européia e a ida do nordestino para a Amazônia. Enquanto o imigrante europeu chegava aos cafezais com todas as despesas pagas, casa para morar, permanência assegurada até a primeira colheita podendo, inclusive, ao final do ano, mudar-se para outras fazendas que lhe proporcionassem melhores garantias e, ainda, dispor de terra para produzir o necessário para sobrevivência da família; o nordestino chegava na Amazônia completamente endividado, uma vez que era obrigado a reembolsar os gastos da viagens e a pagar, por incrível que possa parecer, até mesmo os instrumentos de trabalho. Além disso, não dispunha de terra para plantar e era obrigado a comprar alimentos ao próprio empregador, que vendia pelo preço que bem entendesse. Toda essa situação reduzia o migrante nordestino a um verdadeiro regime de servidão.

Mais tarde, com o advento da Segunda Guerra Mundial, novo fluxo migratório seguiu rumo a Amazônia, desta vez com apoio financeiro do Governo brasileiro, que queria resolver o problema econômico através do incremento da produção de látex numa verdadeira batalha da borracha.

Numa tentativa de organizar a migração, mesmo contrariando o interesse da classe dominante que não via com bons olhos qualquer transferência em massa de população, foi criado o Conselho Nacional de Imigração e Colonização, cujo

objetivo era transportar e distribuir os "soldados da borracha" pelos seringais (SOUZA, 1980). Seria ainda fornecida assistência médica; haveria um contrato de trabalho para evitar possíveis abusos e o Governo se propunha a "devolver" o migrante após dois (02) anos de trabalho. Entretanto, por falta de fiscalização e também pelo fato de não haver, na verdade, uma real preocupação com o destino do nordestino, nenhum dos objetivos foi alcançado. A assistência médica, por exemplo, só funcionava nas capitais distante, portanto, das áreas de trabalho; o contrato de trabalho não surtiu nenhum efeito e, mais uma vez, o nordestino se viu a mercê da burguesia seringalista; a passagem de volta só era fornecida mediante a apresentação de um atestado de invalidez, caso contrário, o migrante era forçado a continuar trabalhando. Os que conseguiram fugir, ou tentaram, num ato de revolta e desespero, regressar a pé às suas cidades de origem ou, então, migraram para a periferia das cidades e formaram favelas, numa tentativa frustrada de acumular recursos suficientes para retornar. Mesmo os que conseguiram a passagem de volta não se encontravam em melhores condições pois viajavam em comboios junto com animais numa verdadeira afronta às condições humanas.

Daqui por diante verificar-se-á que a transferência governamental, no tocante a questão do

excedente populacional, terá sempre esse caráter manipulador, ou seja, se em determinada região há excesso de mão-de-obra, a regra é transferir parte dessa população ociosa para outra região, mesmo que para isso seja necessário inventar algum pretexto, como construção de estradas ou açudes, por exemplo. Quando a situação ficar crítica nesse novo local, procede-se do mesmo jeito, determinando assim, constantes fluxos migratórios pelo país que, além de deixarem seqüelas emocionais deixam, também, problemas de ordem econômica, uma vez que a cada migração forçada, esse povo fica economicamente mais pobre.

No século XX os padrões de migrações assumem características diferenciadas das migrações ocorridas no século passado. GRAHAM & HOLLANDA FILHO (1984), aprofundam a análise dos fluxos migratórios ocorridos durante o século dividindo-os em dois extensos períodos: antes e depois de 1930.

Antes de 1930, observa-se a continuada exploração da borracha na Amazônia, atraindo principalmente mão-de-obra do Nordeste; migração intra-regional de imigrantes da área rural em direção a área urbana do sul, motivada pela industrialização que dava seus primeiros passos; substituição desses migrantes pelos imigrantes recém-chegados que continuavam a ser subsidiados pelo Governo e participação ainda insignificante das migrações

internas como fornecedora de mão-de-obra para desenvolvimento da economia no centro-sul.

Depois de 1930, há um decréscimo acentuado da migração internacional com posterior aumento da migração interna. É importante entender como o imigrante europeu que havia, no século passado, possibilitado a expansão da cafeicultura, passa a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento da industrialização, neste século. Pereira (1967) citado por SOUZA (1980), aponta a contribuição inovadora do imigrante em três aspectos: no processo de repulsão da relação patrimonialista, comportando-se como assalariado típico; através da transposição de novas atitudes técnicas e através da acumulação de capital. Uma vez impossibilitados de aplicar os recursos na cafeicultura, migraram para as áreas urbanas do interior de São Paulo e investiram em pequenas empresas industriais e comerciais.

Como se pode observar, o imigrante europeu participou de forma decisiva da história do país. Porém, com a crise do café, na década de 30, a sua vinda foi desestimulada, ficando restrita a quotas anuais impostas pelo Governo Federal. A partir desse período, cresce a migração interna estimulada, desta vez, pelo novo ciclo da industrialização que atrai grandes fluxos migratórios do Nordeste para São Paulo.

A importância crescente desta migração está espelhada nos dados de migração do Serviço de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo que, no período de 1934 a 1940, registrou cerca de 322.464 migrantes no Estado. Mais de 67% eram provenientes da Bahia e de outros Estados nordestinos (GRAHAM & HOLLANDA FILHO, 1984). Todavia, apesar da mola mestra desta migração ter sido a industrialização no eixo Rio-São Paulo, não significa que toda mão-de-obra foi absorvida pelas áreas urbanas. Grande parcela desta população foi se refugiar no setor rural para substituir os antigos imigrantes europeus que já haviam migrado para a indústria.

MENEZES *et alii* (1986) analisam o desenvolvimento industrial observando que a indústria trouxe, além do progresso para o país, o acentuamento da miséria para os trabalhadores, transformando-os em vítimas de um sistema que além de impedir sua fixação na terra, nega as condições dignas de trabalho, de moradia e de vida na cidade.

Em contraposição a industrialização que acontecia em ritmo acelerado no sul do país, Getúlio Vargas, em 1938, anunciou a Marcha para o Oeste, com o slogan: "o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao oeste". Os objetivos básicos dessa marcha eram fixar em terras mais férteis os excedentes populacionais de algumas regiões,

principalmente os provenientes da seca do Nordeste; substituir definitivamente, a imigração estrangeira pela nacional evitando, assim, possíveis manifestações de ideologias exóticas e descongestionamento de desocupados que se aglomeravam nos centros urbanos (VELHO, 1977). Desta vez, o território seria definitivamente ocupado.

A Marcha para o Oeste, entretanto, não alcançou as dimensões projetadas pelo Presidente Vargas mas, de qualquer forma, algumas ferrovias foram construídas bem como uma capital para o Estado de Goiás - Goiânia. Numa segunda etapa, iniciou-se a construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília. Para VELHO (1977), uma provável condição para estas duas construções era direcionar o excedente populacional do país que atingira níveis consideráveis, o que foi confirmado posteriormente, quando aquela área recebeu um incremento populacional de aproximadamente 600 mil pessoas em dez anos.

Adiante, mais precisamente a partir dos anos 40, o Governo inicia uma política direcionada para a conquista das fronteiras - áreas novas ainda não desbravadas - como alternativa para resolver o problema do excedente populacional.

3.0. FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

O Brasil, desde o seu descobrimento, tem sido conquistado através das chamadas fronteiras de expansão. Foi assim, por exemplo, com o Estado do Acre, conquistado no século passado devido as constantes penetrações na Floresta Amazônica em direção a fronteira da Bolívia.

A partir da década de 1940, em consequência da ausência de uma política de fixação do homem no campo, registrou-se fortes migrações rumo a chamada fronteira agrícola, entendida por PRETI (1993) como "um elemento complexo e dinâmico que alimenta o processo de acumulação e que constrói não só ideologicamente e simbolicamente a possibilidade da reprodução campesina, como permite a diferenciação social", constituindo assim, a forma que o pequeno produtor encontra para resistir à sua expropriação ou conseguir, pelo menos, adiar sua proletarianização.

GRAZIANO (1982) observa que o desenvolvimento da agricultura brasileira se deu de forma extensiva desde a expansão do café no século XIX até mais recentemente para

suprir as necessidades da industrialização. Afirma ainda que a fronteira tem várias funções tanto no plano social como no econômico e no político. No plano social, representa uma orientação dos fluxos migratórios, constituindo o destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, especialmente do Nordeste e, atualmente, do Sul do país. No plano econômico, a fronteira funciona como um regulador dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade nas áreas urbanas. No plano político, a fronteira tem sido a "válvula de escape" dos conflitos sociais.

Todavia, mesmo sendo a fronteira utilizada para amenizar os conflitos sociais, verifica-se que o constante perambular do pequeno produtor denuncia a falsa ideologia das novas fronteiras. Lá, o latifúndio, também, já se faz presente e impõe outras migrações. Assim, nas regiões atrativas para os migrantes, começam a surgir correntes migratórias muitas vezes devolvendo-as às suas regiões de origem, caracterizando o "fechamento da fronteira".

FIGUEREDO & TRIGUEIRO (1986) afirmam que o fenômeno do fechamento da fronteira pode se dar de duas formas: o "fechamento por dentro" e o "fechamento por fora". O primeiro se verifica através das substituições de antigas culturas de subsistência por uma produção capitalista. Foi o caso do Sudoeste do Paraná e região oriental do Maranhão. O

segundo fechamento, acontece quando a terra perde o seu papel produtivo e assume o papel de reserva de valor e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas, tendo por finalidade básica garantir a propriedade da terra. Seria uma ocupação pela pecuária. É o caso da Amazônia e Norte do Mato Grosso.

GRAZIANO (1982) aponta como indicadores do fechamento da fronteira, o deslocamento dos focos de tensões sociais da região Sul do país para as regiões Norte e Centro-Oeste; regularização da propriedade da terra através da expropriação dos pequenos ocupantes seja por vias legais, por acordos ou por violência; aparecimento de um mercado imobiliário distorcido pelos preços especulativos da terra e, finalmente, o rápido processo de urbanização das cidades próximas a fronteira.

Martins (1975) citado por PRETI (1993) discorda das posições relativas ao fechamento da fronteira, afirmando que a mesma não está esgotada nem fechada. O próprio PRETI (1993) faz um adendo, observando que mesmo quando a terra, na fronteira, está titulada, há um processo de ocupação que desconhece esse fechamento. Diz ainda que ao se afirmar que a "titulação da terra fecha a fronteira é desconhecer e negar a luta dos camponeses sem terra para se reproduzirem enquanto classe social".

A divergência sobre a questão do fechamento

ou não da fronteira é extremamente complexa. Se, juridicamente, a fronteira está fechada porque todas as terras estão tituladas, seja por via legal, seja mediante fraude, no tocante a produtividade, percebe-se que a fronteira continua aberta e recebe constantes fluxos de camponeses que, por acreditarem ser a terra de quem nela trabalha, abrem picadas, plantam suas roças e vão vivendo como podem sob constantes ameaças de despejos. Alguns não conseguem resistir as pressões porém, há os que lutam teimosamente contra as injustiças e, após conflitos, ameaças e até mesmo assassinatos, estão conseguindo, aos poucos, realizar uma reforma agrária forçada, não no seu sentido amplo mas no sentido de conseguirem, pelo menos, o acesso a terra. A partir daí, a luta passa a ser relacionada com a sobrevivência na terra.

Todo esse discurso tem por objetivo mostrar que a fronteira só vai estar realmente fechada quando houver, além do título, uma ocupação produtiva por parte do dono da terra.

O Paraná, juntamente com o Mato Grosso, Maranhão e Goiás, formaram, nos anos 40 a 60, a principal fronteira agrícola.

O processo de ocupação do Paraná ocorreu em dois momentos diferenciados, começando com um fluxo migratório em direção ao Norte da região oriundo

principalmente de São Paulo e, em menor escala, do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo e um outro, em direção ao Sudoeste, originário do Rio Grande do Sul.

A ocupação via Norte se deu em decorrência da iniciativa privada. Uma firma inglesa - Companhia Norte do Paraná - comprou extensas áreas de terras e passou a vender pequenos lotes aos pequenos proprietários. O deslocamento da atividade cafeeira motivada pelo esgotamento dos solos paulistas, pelas medidas drásticas tomada pelo Governo em decorrência da crise de 30 e pela valorização das terras, provocando uma continuada substituição da monocultura do café por uma agricultura destinada ao abastecimento dos centros urbanos, também contribuíram de forma significativa para a ocupação da fronteira paranaense. Para se ter uma idéia, no ano de 1940 havia, na região, aproximadamente 340 mil habitantes; em 1950, a população já atingia 1 milhão de habitantes; em 1960, a população já se aproximava de 2 milhões de habitantes (Padis citado por SOUZA, 1980).

GRAHAM & HOLLANDA FILHO (1984), fazendo um paralelo entre a participação ativa do Governo na transferência da mão-de-obra européia no século passado e a omissão na ocupação que ocorreu no Paraná, analisam que o ideal de eliminar a classe fundiária e desenvolver uma classe média rural próspera no país, através da imigração estrangeira, rejeitada repentinamente pelo Governo, em

virtude da necessidade de mão-de-obra nos cafezais, se realizou 40 a 50 anos depois, no Paraná, por interesses privados e estrangeiros. Ressaltam, ainda, que parece pouco comum que a iniciativa pública desenvolvesse toda uma política em benefício de um sistema econômico latifundiário, enquanto que a iniciativa privada fosse, em parte, responsável pela transferência de força de trabalho destinado a formação de uma classe média rural.

É preciso esclarecer que o objetivo principal desta companhia inglesa não era, na verdade, criar um sistema intermediário entre minifúndio-latifúndio que pudesse melhorar a estrutura agrária do país mas, criar um ambiente propício ao desenvolvimento da cultura algodoeira a fim de atender a demanda da indústria têxtil britânica. Então, ao agir como agente modernizador, desempenhando um papel que caberia melhor ao Governo, a companhia só tinha um único objetivo: o lucro.

A ocupação via sudoeste, num primeiro momento, ocorreu por iniciativas governamentais que visavam a penetração no território. Não obteve êxito uma vez que, a população transferida permaneceu estagnada, não conseguindo avançar economicamente. Num segundo momento, já na década de 50, alguns fatores como a fragmentação das pequenas propriedades resultantes da herança e da pressão demográfica sobre a estrutura fundiária, além da crise da indústria

gaúcha que em concorrência com a paulista não conseguiu absorver a mão-de-obra proveniente da zona rural, determinaram a transferência da população gaúcha para aquela região (Padis citado por SOUZA, 1980).

A continuada migração rumo ao Paraná prosseguiu até início dos anos 60, sendo que na década seguinte o fluxo praticamente parou em virtude da ocupação total da fronteira paranaense. A situação se inverte: de importadora de migrantes passa a ser expulsora para outras regiões - o Norte, Centro-Oeste e o Paraguai.

A expulsão rumo ao Paraguai se intensificou a partir da construção da rodovia Puerto Stressner - Assunção. SCHAEFER (1985) identifica 5 fatores que levaram brasileiros às terras paraguaias: fatores climáticos que dizimaram as lavouras; o processo de expropriação e a falta de recursos para comprar outras terras; alagamento das terras pela Hidroelétrica de Itaipu; mecanização das terras e propagandas de colonizadoras brasileiras e paraguaias.

Esses migrantes denominados brasiguaios, não tiveram melhor sorte. Lá, sofreram e sofrem a violência da expropriação e por não terem naturalização paraguaia - porque não residem no país há mais de três anos ou porque não têm recursos próprios para comprarem a naturalização - não conseguem a legalização de suas terras, sendo obrigados, após o beneficiamento, entregarem aos poderosos que chegam

dizendo serem donos.

Em contraposição a ocupação do Paraná, promovida pela iniciativa privada, a ocupação de Goiás foi motivada pelo poder público numa continuação do ideal de prosseguir a Marcha para o Oeste. Os migrantes que para lá se dirigiram foram, predominantemente, nordestinos expulsos pelas secas da década de 50. Deste modo, enquanto no Paraná o que atraía era o deslocamento da próspera economia cafeeira, em Goiás a ocupação não se deu por fatores atrativos mas por uma forte expulsão do excedente populacional nordestino que se deslocava levando consigo uma economia de subsistência.

Outro direcionamento para os migrantes nordestinos, naquela época, foi o Estado do Maranhão. A SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, entre suas metas, visava instituir uma política de colonização organizada nas terras úmidas do Maranhão, possibilitando não só um escoadouro para uma parte da população excedente do Nordeste como, também, um possível incremento na oferta de alimentos. O projeto não deu certo e o fluxo se expandiu rumo a floresta amazônica, atravessando o Rio Tocantins e se estabelecendo no Sul do Pará.

No Mato Grosso do Sul, as migrações se deram da seguinte forma: até 1960, 170 mil migrantes haviam chegado ao Estado. De 1960-65, entraram outros 115 mil

migrantes e de 1965-70, o Estado recebeu mais 250 mil pessoas. A partir da década de 70, o Mato Grosso do Sul recebeu um acréscimo ainda maior no número de migrantes a procura de terra, em virtude do Paraná não constituir mais pólo de atração (SCHAEFER, 1985).

O Estado que mais contribuiu para ocupação foi São Paulo, seguido do próprio Mato Grosso, Goiás e Bahia. Atualmente, a monocultura da soja aliada a mecanização, estão expulsando os migrantes para a nova fronteira em expansão: a região Norte.

Na década de 70, no dizer de BRUN (1993), ocorreram "dois fenômenos extremamente graves e perigosos: violento processo de expulsão do campo (êxodo rural) e o mais rápido processo de concentração de renda jamais ocorridos em qualquer país do mundo em toda a história da humanidade."

Para se ter uma idéia quantitativa de como as migrações têm aumentado ao longo dos anos e se tornado crítica, principalmente nas últimas décadas (70/80), basta folhear os censos. Na década de 40, havia 3,4 milhões de migrantes perambulando pelo país; na década de 50, o número de migrantes subiu para 5,2 milhões; na década de 60, esse número aumentou para 12,5 milhões; na década de 70, já atingia 29,5 milhões de migrantes, chegando a alcançar na década de 80, o total de 40 milhões (Hugon, 1973; Braido,

1980, citados por MENEZES *et alii*, 1986).

O que estava acontecendo no país para forçar toda essa migração? o "milagre brasileiro".

O chamado "milagre brasileiro", ocorrido de 1969/74, determinou sem dúvida, uma fase áurea para a economia. Todavia, enquanto uma minoria se beneficiava, a grande maioria da população ficava mais e mais pobre em decorrência do sistema de desenvolvimento adotado naquela ocasião, o que provocou uma forte concentração tanto de renda como fundiária. A situação de miséria tinha se tornado tão crítica que o próprio Presidente Médici chegou a reconhecer que a economia ia bem mas o povo ia mal.

É nesse cenário de pobreza que MARTINS (1980) identifica duas correntes migratórias em direção a Amazônia. Uma proveniente do Nordeste que, particularmente do Ceará, Piauí e do Maranhão, se dirige ao Norte e ao Centro-Oeste (Amazônia Legal), constituída de migrantes expulsos pela concentração da terra; e, outra, mais recente, que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia, incentivada também por problemas relacionados a concentração da terra.

A corrente que sai do Nordeste apresenta algumas especificidades. Ela sai do Ceará e do Piauí rumo ao Maranhão; do Maranhão vai para Goiás e de Goiás parte em direção ao Mato Grosso. Do Maranhão, do Ceará, de Goiás e do

Mato Grosso o fluxo se dirige fortemente ao Pará, "diretamente para o que é hoje uma das áreas mais tensas do país, a região do Araguaia-Tocantins" (MARTINS, 1980).

Até então, a vinda dessa massa de trabalhadores tinha se dado de forma espontânea, isto é, sem a interferência governamental direta. Porém, o Governo preocupado com questões de segurança nacional e desejoso de integrar a Amazônia à economia do país, inicia toda uma política de ocupação através de uma colonização oficial. Com esse intuito, uma série de medidas foi tomada pelo Governo Médici e, após uma visita ao Nordeste, onde constatou a situação de penúria em que viviam milhares de famílias, resolveu "matar dois coelhos com uma cajadada só": colonizar a Amazônia usando os nordestinos, em primeira mão, para domesticar as matas e, ao mesmo tempo, resolver as tensões ocorridas na região Nordeste sem ter que alterar a estrutura concentrada da terra.

Desta forma, em 16/06/70, através do Decreto-Lei número 1106, o Governo criou o PIN - Plano de Integração Nacional - estabelecendo a construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e o assentamento de colonos numa faixa de 10 quilômetros de cada lado das margens das rodovias e, para garantir a política de colonização criou, em 09/07/70, através do Decreto-Lei número 1110, o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária - para que, além de promover e executar a reforma agrária, pudesse coordenar, controlar e executar a colonização, por intermédio da transferência do excedente populacional do Nordeste e do Sul do país. Prevvia-se o assentamento de pelo menos 100 mil famílias nordestinas atingidas pela seca da década de 70.

Os critérios estabelecidos para a colonização oficial, cujo auge se deu nos anos de 1970/73, foram padronizados nos seguintes termos: a extensão de 10 quilômetros de cada lado das rodovias seriam divididas em glebas com cerca de 400 metros de frente para a rodovia e 2.500 metros de fundo, sempre com acesso a estradas vicinais para uso dos colonos. Cada gleba, por sua vez, seria dividida em lotes de 100 hectares, que seriam vendidos aos colonos ou parceleiros, pelo INCRA, por um período de 20 anos de carência. O colono se comprometia a deixar 50% do lote como reserva florestal (IANNI, 1979).

Todavia, mesmo com a inserção da política de integração da Amazônia à economia nacional, esta não foi direcionada somente para os pequenos produtores. A prova disso é que na década de 60, o Governo Federal criou o BASA - Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com o intuito de oferecer vantagens fiscais e creditícias a empresários e latifundiários propiciando assim, a entrada do capitalismo

na região.

Deste modo, observa-se que o critério utilizado para atrair o capital consistia na doação ou venda a preços irrisórios de grandes extensões de terra, sem uma prévia verificação da existência ou não de posseiros na área. De qualquer forma, a cada dia mais migrantes chegavam a região e o INCRA os assentava precariamente ao longo das rodovias.

TOPALL (1991) faz um balanço do que ocorreu na Transamazônica, enfatizando que a meta de assentar milhares de colonos nordestinos não alcançou as dimensões desejadas. Afirma ainda que "o modelo de ocupação oficial da Transamazônica é um sonho no papel e nunca chegou a funcionar da maneira como foi concebido. Longe dos projetos de escritório, sua singela realidade é constituída de vicinais de terra que saíam perpendicularmente a Transamazônica, entrando 10 ou 20 quilômetros nas terras". A verdade é que, em 1978, o INCRA havia assentado menos de 8 mil famílias das quais apenas 40% eram nordestinas.

De acordo com IANNI (1979), a política de colonização oficial não poderia dar bons frutos. Primeiro, porque orientou-se no sentido de transferir "populações rurais desempregadas, subempregadas ou superexploradas do Nordeste para a Amazônia" evitando assim, a realização da reforma agrária no Nordeste; segundo, a colonização

particular a partir de 1974, que atuava juntamente com a oficial, incentivou a migração dos minifundistas do sul, favorecendo mais a concentração de terra, uma vez que os minifúndios foram vendidos aos fazendeiros. Em suma, quando o Estado brasileiro resolveu adotar uma política de colonização dirigida estava promovendo uma contra-reforma agrária que bloqueou, em parte, a reforma agrária espontânea e de fato que os trabalhadores rurais e suas famílias estavam realizando por seu próprios meios.

Seguindo a rota dos migrantes, relatar-se-á a chegada na fronteira sul paraense, o surgimento dos povoados, municípios e, com mais enfoque, a história dos migrantes da Comunidade Cruz de Pau, da Fazenda Tupã-Ciretã, município de Xinguara-PA.

4.0. FRONTEIRA SUL PARAENSE

Desde de 1956, quando teve início a construção da rodovia Belém-Brasília, que o Sul do Pará recebe migrantes do Nordeste, de áreas do Centro-Oeste, Sul e do próprio Norte. Esse afluxo envolve migrantes das mais diferentes classes sociais: trabalhadores rurais e suas famílias a procura de terra para formar roça; latifundiários, fazendeiros e empresários em busca de terra para implantação de projetos agropecuários ou para especulação; e grileiros, pistoleiros e jagunços, que buscam o comércio da terra, ou seja, grilam uma área com o objetivo de venda de madeira ou mesmo venda da própria terra.

A partir da década de 70, o contingente de trabalhadores aumentou de forma assustadora em virtude das constantes correntes migratórias provenientes dos Estados do Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia e outros. Estes fluxos acompanhavam e quase sempre precediam a abertura de estradas (VIEIRA, 1980). Para se ter uma idéia, entre 1950/60, a população do município de Conceição do Araguaia passou de

6.322 para 11.283 habitantes. De 1960/70, passou a 38.038, divididos da seguinte forma: 28.953 no município de Conceição do Araguaia e 9.085 no de Santana do Araguaia (IANNI, 1979). Nessa época, Conceição do Araguaia abrangia todo o Sul do Pará que corresponde hoje (1994), a 13 (treze) municípios.

De acordo com IANNI (1979), foi a partir de Conceição do Araguaia que os migrantes entraram pelas terras desse e outros municípios e assim se expandiram os núcleos de posseiros já existentes, criaram-se novos, fundaram-se vilas e cidades. Simultaneamente a essa ocupação, construíam-se caminhos e estradas, formavam-se roças, criações, latifúndios, fazendas, empresas, agricultura, pecuária e extrativismo, com organizações e fins comerciais.

Foi desse modo que muitos povoados foram sendo formados, inclusive o povoado de Xinguara em 1976. Todavia, junto com os trabalhadores chegou também a grande empresa e essa mistura não deu bom resultado pois o modelo de desenvolvimento idealizado para aquela região não tinha espaço para o pequeno produtor e sua produção familiar.

Ao se fazer um balanço desse modelo de desenvolvimento implantado no Sul do Pará, observa-se algumas contradições. Extensas áreas foram concedidas de forma graciosa a grupos empresariais quando, na verdade, já estavam devidamente ocupadas por posseiros. FIGUEIRA (1986)

afirma que a SUDAM, cuja criação objetivava atrair grupos empresariais nacionais e estrangeiros para a Amazônia, agiu com especial cuidado na proteção dos interesses escusos do capital no Sul do Pará, haja vista que até 1975 ela havia aprovado 33 projetos agropecuários para Conceição do Araguaia e 20 projetos para Santana do Araguaia.

E os posseiros? Como eles se comportaram mediante essa invasão das terras que ocupavam produtivamente? Quanto a estes, ou se conformavam em deixar a terra de forma pacífica ou, então, se submetiam a um violento processo de expropriação com a conivência das autoridades locais. Então, o próprio Governo contribuiu para criação e manutenção dos conflitos existentes na região, uma vez que os grandes empreendimentos agropecuários promoviam a expulsão de posseiros e índios, a derrubada da mata de forma indiscriminada e a plantação de capim por todos os lados. Desse modo, a colonização pretendida não poderia se concretizar de forma positiva pois, a ocupação "via pata do boi" ocorria em detrimento da colonização oficial, ou seja, aquela se sobrepunha a esta.

Contrariando as regras desse jogo político e desejoso de combater a contra reforma agrária espelhada no palco de violências em que tinha se transformado o Sul do Pará, o migrante resolve mudar o rumo de seus caminhos e descaminhos. Ora, já havia "migrado da costa para o centro

do país; do Nordeste para a Amazônia, na aventura do extrativismo da borracha; do Nordeste para o Sul, no rastro da cultura cafeeira; do campo para as cidades; do Sul para o Centro e do Nordeste para as frentes de expansão da Amazônia. Havia migrado como única alternativa para sua situação de miséria e desespero. Muitas vezes tinha violentado a sua cultura familiar, contanto que encontrasse novos horizontes para sua subsistência. Vã esperança, porque na Amazônia tornou-se seringueiro, madeireiro, garimpeiro, etc.. Na empresa rural tornou-se peão, muitas vezes submetido a condição de escravo. Na cidade tornou-se biscateiro. Na frente pioneira tornou-se posseiro em novo confronto com o latifúndio. Em qualquer circunstância, continuou proletário, destituído, subcidadão e marginalizado"(RIBEIRO, 1987).

Alguma coisa precisava mudar. Já tinha conhecido forçadamente todos os recantos do país e já tinha sido jogado de um lado para o outro a mercê do capital. A solução seria a organização numa tentativa de enfrentar o latifundiário e seus comparsas (pistoleiros) e, ainda, a polícia, juízes e promotores.

Naquele recanto do país eram comuns arbitrariedades da polícia e do Judiciário em sintonia com os latifundiários - fazendeiros, na maioria de Goiás, comerciantes e, até, médicos e advogados.

Essa categoria se organizava na UDR - União Democrática Ruralista - e no Sindicato Rural, em cada município. Assim, intervinham mais unificados no cenário local, regional e, principalmente, buscavam manter os latifúndios em suas mãos. Para isso, dispunham de títulos de terras não muito definidos porque, em muitas fazendas, os donos chegavam de avião e não tinham claro onde elas começavam e onde terminavam.

Do outro lado, havia uma massa migrante que chegava e encontrava na organização, seja em grupos de posseiros, seja no STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, uma esperança de adquirir terra própria. A associação voluntária no STR era literalmente massiva. No STR de Conceição do Araguaia, fundado em 25/06/72 e reconhecido em 16/01/74, havia 5.000 sócios no ano de 1988 e, no STR de Xinguara, fundado em 29/05/83 e reconhecido em 21/03/86, havia 3.468 sócios no ano de 1988. Hoje (1994), há aproximadamente 7.000 sócios no STR de Conceição do Araguaia e 5.573 sócios no STR de Xinguara. Com tamanha representatividade, durante muitos anos diretorias não comprometidas com os trabalhadores rurais foram apoiadas por representações do Governo, de modo que só em 1985 a oposição sindical conquistou definitivamente a direção do STR de Conceição do Araguaia e, em 16 de maio de 1993, o STR de Xinguara.

Em 1978 foi instalada em Conceição do Araguaia a CPT - Comissão Pastoral da Terra, que passa a atuar no Sul do Pará, onde compreende a Diocese de Conceição do Araguaia. A CPT inicia um trabalho de denúncia da violência no campo, acompanhamento e apoio jurídico aos conflitos. No ano de 1980 a CPT tinha conhecimento da existência de, aproximadamente, 80 conflitos de terras só na região da Diocese sendo que, no período de 10/05/80 a 31/12/85, havia sido registrado 187 mortes de trabalhadores rurais (FIGUEIRA, 1986).

Diante do quadro de tensão generalizada que abrangia uma área muito maior, incluindo sudeste do Pará (na Micro-região de Marabá), o sul do Maranhão e o Bico do Papagaio, no antigo norte do Goiás, hoje Estado do Tocantins, o Governo brasileiro define uma outra forma de tratar a questão agrária e de "minar" a organização dos trabalhadores: a criação do GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins - no ano de 1980.

Para MARTINS (1984), a criação de órgãos do porte do GETAT marca o reconhecimento, por parte do governo, da incompetência do sistema institucional em lidar com a questão fundiária. Representa, também, um retorno ao coronelismo político no país, haja vista que o GETAT se sobrepôs ao INCRA e a justiça quando assumiu a coordenação das questões fundiárias e desempenhou o papel do "coronel",

concedendo benefícios, acomodando e tentando conciliar para garantir os interesses dos proprietários.

Apesar de um perfil militarizado, pois era ligado ao Conselho de Segurança Nacional, o GETAT utilizava métodos mais heterodoxos. Chega com uma grande estrutura que visava cercar os trabalhadores em todas as suas necessidades: com atendimento médico-odontológico, máquinas para serviços rurais e menos morosidade na tramitação burocrática das desapropriações e titulações. A fórmula era da desapropriação via decreto presidencial e, posteriormente, a entrega de títulos aos posseiros que estavam a tantos anos na terra, tão divulgada na imprensa, na época do governo João Figueiredo.

A organização e resistência dos migrantes, já usando a identidade de posseiro, foi determinante na conquista de considerável parte das terras existentes na fronteira agrícola sul paraense, principalmente na década de 1980.

Há terras ainda a serem incorporadas ao processo produtivo e enquanto elas existirem haverá esperança para milhões de pessoas que não conseguem exercer o direito de permanecer em suas regiões de origem.

4.1. SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE XINGUARA

O Sul do Pará foi sendo povoado desde a década de 1970, a partir de Conceição do Araguaia. Fundada em 1897, Conceição do Araguaia foi a "porta de entrada" para os migrantes em função da construção da rodovia Belém-Brasília.

Em setembro de 1976, famílias migrantes do Centro e Sul do país formaram o povoado denominado Entroncamento do Xingú, devido a sua localização geográfica. Mais tarde, a "trilha" que vinha de Conceição do Araguaia ligou Marabá e Belém e formou a PA-150, e o acesso para Tucumã e São Félix do Xingú, a PA-279.

Em 13 de maio de 1982, através da Lei número 5028, o povoado - Entrocamento do Xingú - conseguiu a emancipação político-administrativa, passando a se chamar Xinguara, em homenagem aos dois rios mais importantes da região: Xingú e Araguaia. O município, situado a 7º 11' de latitude sul e a 49º 51' de longitude oeste, ficou com 4.239 Km², limitando-se ao Sul com Rio Maria, ao Norte com

Eldorado do Carajás, ao Nordeste com São Geraldo do Araguaia, ao Oeste com Água Azul do Norte e ao Leste com o Rio Araguaia, que divide os Estados do Pará e Tocantins .

Para entender a evolução da região verifica-se ao longo de sua recente história explorações que poderiam ser comparadas a ciclos econômicos.

O corte e o beneficiamento da madeira avançou nas matas e foi abrindo a região. Diversas madeireiras se instalaram e através da PA-150 faziam chegar a Belém a madeira para exportação ou, pela Belém-Brasília, escoavam ao Sul. Pela ausência do Estado foram as próprias madeireiras que abriram muitas estradas secundárias existentes hoje.

Ainda nos anos 80, os garimpos de ouro atraíram muitos migrantes para a região. Enquanto compensava a extração do ouro, os garimpos aqueciam o consumo nos povoados e municípios.

Finalmente, a pecuária extensiva vem se estabelecer na fronteira e passa a ser a atividade a predominar pelos fazendeiros, empresários e grupos econômicos que precisavam ampliar seus investimentos ou, em outros momentos, utilizar a terra apenas para especulação.

Xinguara, como tantas outras cidades do Sul do Pará, já entrou para a história pela luta entre latifundiários e posseiros. E a razão disso era a existência de grandes extensões de terras, ainda cobertas pela

vegetação nativa, defendidas "a ferro" pelos latifundiários, e tantas famílias migrantes procurando terra para trabalhar. Inconformadas com esse peregrinar pelo mundo, essas famílias resolvem regar com suor e, se preciso, sangue o pão de cada dia. Então, histórias de ocupação e morte se repetem, uma vez que diariamente trabalhadores sem terra chegam em busca de um local para viver. Essas famílias migrantes se estabelecem como podem na cidade, enquanto os maridos buscam um pedaço de chão para fazer roça. Na dificuldade de encontrar esse lugar, procuram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fazem cadastro no INCRA, informam-se com os lavradores da região e, finalmente, tomam conhecimento de que em algum canto está acontecendo uma ocupação. Não pensam duas vezes. Juntam-se com outros companheiros de viagem e partem rumo a sonhada posse que, na maioria das vezes, transforma-se em pesadelo.

4.2. FAZENDA TUPA-CIRETÁ(2)

A comunidade na qual foi realizado o trabalho de campo faz parte da fazenda Tupã-Ciretã. Esta fazenda fica localizada a 16 quilômetros de Xinguara e ocupa uma área de 8.100 alqueires, dividida em 09 glebas de 900 alqueires(3), cada. Era um latifúndio repleto de mogno e terras férteis mas, era improdutivo, não demonstrando nenhum sinal de trabalho.

No final de 1978, migrantes de diferentes regiões do país resolveram ocupar a fazenda. Porém, em 1979, o banqueiro paulista, Flávio Pinho de Almeida, do Grupo COMIND(4), chegou ao Sul do Pará e, se dizendo dono, entrou de imediato com uma ação judicial contra os posseiros. O Dr. Juracy Marques Tavares, juiz em exercício da Comarca de Conceição do Araguaia, concedeu liminarmente o pedido de

(2) A reconstituição do processo de ocupação desta Fazenda encontra-se no Apêndice.

(3) Um alqueire mineiro corresponde a 4,84 ha.

(4) Comércio e Indústria de São Paulo.

manutenção de posse e os posseiros foram despejados 3 vezes, sendo o último despejo , realizado em outubro de 1979, o mais violento.

No ano de 1981 a Tupã foi objeto de novas ocupações e, mais uma vez, a fazenda se torna palco de violência contra posseiros tendo, desta feita, o GETAT como expectador das arbitrariedades cometidas por pistoleiros e policiais.

Após vários confrontos armados, que teve como saldo algumas mortes do lado dos pistoleiros e o reconhecimento da determinação dos posseiros em permanecer na área, o GETAT resolveu propor ao Ministério para Assuntos Fundiários que atendesse as reivindicações dos lavradores. Assim, em 10/11/82, pelo Decreto número 87.782, parte da área foi desapropriada, totalizando 7.200 alqueires, ficando 900 alqueires para o fazendeiro.

Ao término das eleições de 15/11/82, o GETAT iniciou uma vistoria na área e propôs reduzir a posse de 15 a 25 alqueires para 10 alqueires, alegando que precisava transferir os posseiros da gleba que não havia sido desapropriada. Os posseiros ainda quiseram contestar, todavia o GETAT prosseguiu com a "operação recorte" e para acalmar os ânimos sugeriu a venda do que excedesse a 10 alqueires, o que foi prontamente aceito pelos posseiros.

A partir de então, começou a venda

indiscriminada da terra, inicialmente, por sugestão do próprio GETAT, em seguida, pelo fato dos lavradores não terem a menor condição de permanência na terra pois, com a desapropriação e entrega dos títulos a missão de solucionar o conflito pela terra estava resolvido para o GETAT mas, só estava começando a labuta com a terra conquistada. Sem estradas, transporte, escola e saúde os posseiros passavam a enfrentar uma nova realidade na sua, também, nova condição de camponês: a luta na terra.

Desprovidos de infra-estrutura os lavradores iniciaram sua jornada de vida, muitas vezes só com as ferramentas básicas. A situação era tão crítica que, se alguma doença grave acometesse qualquer membro da família, a permanência na terra já estava comprometida. Com alguma abertura na mata e com o título da terra a pequena propriedade passa a ter um valor e entre a opção de continuar no lote sem recursos para investir em melhorias (sementes, cercas, cabeças de gado) ou partir adiante na fronteira, onde possa comprar uma posse mais barata, ou até mesmo entrar num outro conflito, agora, minimamente capitalizado, o lavrador, muitas vezes, decide pela segunda alternativa e migra mais para frente.

Assim fazendo, a fronteira vai se abrindo para novos migrantes que, chegando com suas economias, às vezes provenientes da venda de pequenos pedaços de terras no

Centro-Sul, se estabelecem na região, investindo produtivamente o que restou da compra do lote e dos gastos com as passagens da família.

Para entender melhor a motivação desse processo migratório para a fronteira sul paraense e dentro dela, foi realizada uma série de entrevistas na Comunidade (Eclesial de Base) Cruz de Pau. As entrevistas foram feitas durante o mês de novembro de 1993.

4.2.1 - COMUNIDADE CRUZ DE PAU

Na antiga fazenda Tupã, desde a época da ocupação, foi surgindo agrupamentos de famílias que posteriormente evoluíram para Comunidades Eclesiais de Base - CEBs que representam a forma do povo participar efetivamente da Igreja Católica: celebrando entre si e recebendo sacramentos (batismo, eucaristia, matrimônio), festejando momentos sociais (padroeiro, novena) e levando opiniões para fóruns da paróquia através de seus coordenadores. Atualmente, há, pelo menos, nove (09) comunidades(5), dentre as quais dar-se-á maior ênfase a Comunidade Cruz de Pau que recebeu esse nome pelo fato de um madeireiro ter derrubado acidentalmente duas toras de madeira e estas terem caído em forma de cruz.

Nessa comunidade, assim como nas demais, praticamente não se encontra remanescentes do conflito pois

(5) *São Sebastião, São Jorge, São Pedro, Santa Luzia, Cristo Libertador, Nossa Senhora Aparecida, São Raimundo (duas vendas), São João Batista e Cruz de Pau.*

estes já venderam suas posses e migraram dentro da região.

Nesse vai e vem de migrantes que se acelerou por ocasião da titulação(6) das posses, após a desapropriação, se encontra mineiros, goianos, baianos, maranhenses, piauienses, entre outros, atraídos por informações de "ouvir dizer", de "compadres", de "parentes" (principalmente no caso do mineiro que migra e vai atraindo os demais familiares) de que havia terra boa e barata no sul paraense. Cada um desses migrantes tem uma história de expulsão e de atração para contar, formando um verdadeiro roteiro migratório. É o que veremos nos depoimentos que se seguem.

" Saímo do Piauí por causa da seca. Não podia plantar. A terrinha era pouca e o que plantava não colhia. Vivia mais era passando falta das coisa. Aí nós mudou do Piauí para o Goiás porque lá chovia muito. Nordeste sempre corre atrás de chuva, de água. Aí quando chegou no Goiás não deu prá adquirir terra. A vida lá era trabalhosa e aí foi ficando mais fraco e nós resolveu mudar de novo. Aí nós viemo pro Pará." (M. A.).

(6) Com a titulação, a terra fica mais valorizada.

" Eu nasci no Piauí e em 70 meu pai mudou para o Maranhão devido uma seca muito grande que deu lá. Aí foi muita gente embora nessa época e, então, nós foi pro Maranhão porque lá era muito bom prá chover e o povo sempre procura lugar chovedor porque é certeza de fartura. Lá no Maranhão foi enfraquecendo, as terra foi ficando mais fraca e foi entrando muito fazendeiro e aí ficou mais ruim prá pobreza. Entrou muito gaúcho comprando terra dos pequeno. Aí nós viemo pro Pará porque nós é que nem formiga, fica andando de um lado prá outro." (M. L. S., município de Oeiras-PI).

" Nós morava na Bahia, aí meu pai, primeiro queria ir pro Mato Grosso e eu queria ir prá Rondônia, mais nós foi pro Mato Grosso caçar melhora. Lá ele não comprou terra porque achou caro e ele tinha vendido a da Bahia pensando em comprar umas terra mais barata prá sobrar dinheiro prá ele movimentar. Aí no Mato Grosso as terras era muito boa, mais ele não comprou. Quando nós tava lá ficamo sabendo que tinha

terra boa e barata no Maranhão. Ai nós foi pro Maranhão. Eu não queria ir mais ele que tinha o dinheiro. Ai nós foi prá Imperatriz e comprou a terra. Em 1977 eu deixei meu pai porque queria trabalhar sozinho. As vezes a gente que uma coisinha melhor mais fica esperando pelo pai, esperando, aí fica velho e não arruma nada. Ai um dia eu tava numa barbearia e um rapaz conversando lá, falando que no Entrocamento do Xingú (antigo Nome de Xinguara) era bom demais, que tava numa fofoca danada de terra, movimento de terra, madeira, muito mogno. Ai eu botei na idéia de vim e quando foi em maio de 1977 eu vendi os trens lá e vim de mudança prá Redenção e comprei cinco alqueire de terra. Morei dois ano e botei na idéia de vim prá Sapucaia porque fiquei sabendo que tinha terra mais barata. Fiquei mais quatro ano, vendi e comprei aqui na Tupã porque fica mais perto de Xinguara." (J. R. M., municipio de Carinhanha-BA).

" Em 1983 a gente tomou o destino de deixar o lugar que foi criado (Minas Gerais),

porque a situação tava muito apertada. As condição de trabalhar não tava dando prá gente. A gente trabalhava de ameia, era longe de casa. As condição de arrendo era muito apertada. A gente trabalhava ameia, além de arar a terra, tinha que ajudar a cercar, tinha que dá a semente de pranta. Então, quando chegava a coieta, não sobrava metade prá gente e quando cobria as despesa não sobrava nada. Não sobrava jeito de fazer nada em casa. Só era trabalhando e entregando aos patrão. Ai tomou a decisão de procurar meio de trabalhar prá gente, né? Ai surgiu essa greba de terra que eles estava apossando. Ai veio uns parente na frente e ficou reparando prá que no dia que a área fosse liberada eles comunicasse prá gente vim pro Pará. Ai a gente vendeu as terras e com o dinheirinho conseguido com a coieta comprei sete alqueire e ainda fiquei devendo um pouco que só paguei no outro ano com as primeira roça que eu fiz." (J. O. M., município de Lagoa Formosa-MG).

" Eu nasci no Goiás e a família toda trabalhava de agregado na terra dos outro. Aí depois não tava dando mais. Aí um saiu para um canto, outro saiu para outro e eu vim pro Pará. Como eu disse, lá no Goiás tava muito difícil, nós só fazia o de comer. Trabalhava muito mais só fazia prá comer. Lá no Goiás a fama era de que aqui no Pará não prestava, só tinha violência, malária mais, também, tinha ouro, tinha muito dinheiro. O povo falava que aqui dava ouro e aí eu resolvi vim. Quando cheguei no garimpo a primeira vez, eu via aquele povo trabalhando, parecia uma turma de porco lameando e a gente não tinha costume com aquilo e aí eu olhei assim e pensei que não dava prá encarar não, mais aí com uma semana que eu encarei no garimpo eu ganhei dinheiro que lá no Goiás eu trabalho um ano para ganhar esse dinheiro. Aí eu fiquei gostando do Pará. Mais aí, eu gastava muito e quando pensou que não ouro acabou e a gente não arrumou nada. Aí depois, consegui comprar essa terra aqui na Tupã." (J. S. M.).

" Eu nasci no Maranhão e meu pai tinha dezoito hectare. Depois que casei comecei a trabalhar arrendado. Eu trabalhava só no verão e aí quando passava o verão eu parava de trabalhar e acabava o dinheiro. Aí eu comecei também a trabalhar numa olaria. Depois eu deixei e fui ser empregado numa fazenda, agregado notra. Aí eu deixei o Maranhão. A gente era fraco de situação, ganhava uma micharia, fazia roça e quase não colhia e o pouco que colhia não dava prá despesa. Aí meu irmão morava aqui no Pará e me chamou para vir trabalhar de agregado prá ele. Aí eu vim e me dei bem. Fui trabalhando, fazendo economia, ajuntando dinheiro, até que comprei cinco cabeças de gado. Quando foi em 1990 comprei esse lote de quatro alqueire aqui na Tupã, com a venda de seis cabeça de gado, vinte e dois saco de arroz, dez galinha, 12 porco, dois carro de milho(7), vinte diária de serviço e dois alqueire de derrubada." (J. M. S. N., município de Fortaleza dos Nogueiras).

(7) Um carro de milho corresponde a 15 sacos do produto.

Através dos depoimentos prestados por migrantes de diferentes Estados é possível ir além das causas migratórias colocadas de forma espontânea e aprofundar os fatores de atração/repulsão que levaram cada um a colocar o pé na estrada. Para os migrantes, a razão de migrar sempre gira em torno da questão da melhoria de vida, "caçar melhora", que por sua vez, engloba o "fugir da seca", para os nordestinos, e o "procurar terra", para os migrantes dos outros Estados. Todavia, essa massa migrante não consegue revelar com clareza porque tem que sair para poder melhorar suas condições de vida. A primeira migração pode se dar na companhia dos pais que, já pensando em propiciar "vida mais folgada" aos filhos, saem em busca de melhores perspectivas. O filho cresce e, ao constituir família, não consegue se reproduzir como unidade autônoma e, então, realiza uma segunda migração, uma terceira migração, desta vez, por conta própria.

Nessas inúmeras migrações, o migrante assume funções diferenciadas, chegando mesmo a perder a condição de proprietário: vende a terra legalizada que possui para adquirir uma maior e mais barata, mesmo em área de posse. Acontece de não "dá conta" de comprar e passa a trabalhar para terceiros até conseguir uma "sobra" para comprar um lote em outra região, onde ouviu comentários de que era mais barato. A passagem em garimpos, para uma primeira

capitalização, é constatada principalmente nos migrantes nordestinos.

Outro fator que não é facilmente percebido pelo migrante é o determinante do local de destino. Em sua simplicidade, acredita ser dono de seu caminhar e não compreende que é o próprio sistema que o vai induzindo, e direcionando para onde for mais conveniente. Não foi por acaso que pessoas de diferentes regiões foram ao Sul do Pará, principalmente a partir da década de 70.

Dos migrantes que chegaram à Comunidade Cruz de Pau após a desapropriação da Tupã, muitos compraram, antes da titulação, o direito de posse de primeira venda, ou seja, compraram direto do migrante/posseiro que ocupou anteriormente. Este, totalmente descapitalizado, sem estrutura e sem a mínima condição de investir na terra, cede o lugar a outro migrante mais capitalizado e com o dinheiro obtido da venda, segue mais adiante com o intuito de conseguir uma área na qual possa aplicar seus recursos.

O migrante que comprou o lote, sem nenhum (ou com pouco) beneficiamento, tem como primeira preocupação erguer um barraco de madeira e palha para servir de abrigo temporariamente, sendo que, na maioria das vezes, não chega a construir outro, haja vista que a casa não acrescenta valor caso venda a terra. Em seguida faz o plantio da roça para garantir o "mantimento" da família. Limpa de um (01) a

dois (02) alqueires (faz roço e queima) e planta o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. Usualmente, junto com o plantio do arroz, já planta sementes de capim porque assim procedendo, por ocasião da colheita, já deixa o pasto formado, podendo a partir daí, adquirir as primeiras cabeças de gado através do sistema de "gado de meia" ou do sistema de "criação de novilha para primeira cria". O primeiro sistema, "gado de meia", é o mais comum na região e consiste em ceder o pasto recém formado, recebendo em contrapartida metade dos bezerros que tiverem nascido durante o período de permanência no pasto. O segundo sistema, "criação de novilha para primeira cria", consiste em receber novilhas, proceder todo o manejo até a primeira parição, ficando o bezerro como pagamento tanto pela mão-de-obra como pelo que foi gasto com o manejo. Além disso, "formar pasto" é uma opção que o pequeno produtor faz para valorizar a terra já que, "o preço de um lote beneficiado é, em média, 3 vezes superior àquele da terra sob floresta" (LASAT, 1993).

O migrante, na condição de lavrador, chega ao lote com uma noção muito clara de que não dá pra sobreviver somente com a roça porque há uma grande dificuldade para escoar o produto e o preço pago pelo saco de arroz, de milho, de feijão não remunera satisfatoriamente o trabalho que foi desprendido para aquela atividade. Desta forma, o caminho natural, após o lavrador

conseguir produzir um excedente para comercialização e acumular algum recurso financeiro para empregar na compra de cabeças de gado, é diminuir mais e mais a área destinada a lavoura e aumentar a área destinada a pecuária.

" O gado é uma das fonte de renda para quem vive no mato porque dinheiro de roça, não dá muita coisa, só dá prá comer. A roça nunca deu nem nunca vai dá nada. Para o nosso mantimento ter preço vai desagradar a maioria do povo que tem muito mais necessidade do que nós porque quem vai ganhar é o atravessador."(8).

" A coisa que dá mais dinheiro é o gado. Nós sempre arranja um dinheirinho e aplica no gado porque a qualquer hora que precisar de dinheiro é só dá uma voltinha e logo vende o gado e tem o dinheiro."(9).

Além da pecuária é geral a criação de animais de médio e de pequeno porte como suínos e aves (galinha, angola-guiné), que servem para o consumo alimentar. A

(8), (9) Depoimentos de migrantes.

criação desses animais normalmente é incluída nas atividades domésticas, ficando sob a responsabilidade da esposa e dos filhos. Também faz parte do trabalho deles, o plantio de frutas e hortaliças e a manufatura de alguns produtos que complementam a necessidade familiar.

Em alguns momentos, durante o ano, o lavrador vende sua força de trabalho. Por outro lado, na época que há maior demanda de serviço, contrata diaristas ou faz empreitadas. O que é comum, também, é a troca de serviço, isto é, trabalho pago com trabalho, e o trabalho coletivo (mutirão).

Passadas as primeiras dificuldades e se há um desejo de permanecer na terra, o lavrador faz um barraco melhor que, mesmo não sendo de alvenaria, tem um aspecto mais agradável. O capital arrecadado com a venda do excedente é aplicado no próprio lote através do investimento em cercas e curral para os animais. Em função de seu objetivo - permanecer no lote - pode conservar alguns alqueires com vegetação nativa. E, mesmo enfrentando todas as provações eles se encontram aliviados e são unânimes na crença de que melhoraram de vida.

" Eu melhorei de vida. Eu acho que melhorei.

Lá onde eu morava (Maranhão) tinha vez que eu amanhecia o dia e olhava prá mulher e naquele

dia ficava pensando no que nós ia comer, porque não tinha nada. Olhava assim prá dentro de casa e não encontrava nada. Eu tinha que ir ao comércio fazer compra fiado, depois ia procurar serviço, trabalho prá pagar aqueles cereal que tinha comprado prá comer. Hoje, graças a Deus quase não trabalho para os outro, trabalho mesmo prá gente e nunca mais faltou o que nós comer. Embora nós não tenha tanto conforto, vive desprevenido, descalço, sem roupa mais, pelo menos, o que comer nós tem. Por isso, acho que melhorei muito."(10).

Porém, há aqueles que mesmo desejosos de permanecer no lote perdem o controle da situação pois, com a reprodutividade do rebanho e a baixa capacidade de pastejo é preciso formar pasto todo ano até que não resta nenhuma mata a ser derrubada. Considerando o tamanho dos lotes - 10 alqueires - e a lógica da implantação da pecuária extensiva, o pequeno produtor num prazo de 05 a 10 anos, tem ocupado toda a terra com capim. A alternativa temporária é formar "roça de meia" ou na "forma". O primeiro sistema - "roça de meia" - consiste em plantar o arroz (base da alimentação), o

(10) Depoimento de migrante.

milho e o feijão em terra alheia para posterior divisão, meio a meio, do que for colhido. O segundo sistema - "roça na forma" - usando as palavras de um lavrador, consiste em "pegar a mata bruta, limpar a área, plantar o mantimento da gente e deixar o capim para o dono da terra". Todavia, chega uma hora que não há como resistir pois, os lotes são pequenos e não comportam um número suficiente de animais para manutenção da família. Além disso, a mão-de-obra familiar não suporta a carga de trabalho e aí os pastos começam a envelhecer, ficam cheios de juquira(11) e não tem jeito. A terra toda formada é vendida.

" Eu creio que daqui mais uns tempo aqui vai virar tudo pasto e vai ter gente que vai embora porque aqueles que tem muito gado vai ter produção; aqueles mais fraco não dá conta de viver. Eu acho que só dá prá fazendeiro".(12).

(11) Juquira ou capoeira é a denominação dada à vegetação secundária arbórea que cresce após a colheita das roças (arroz, milho e feijão), ou às pastagens descuidadas.

(12) Depoimento de migrante.

" Se eu formar os dez alqueire que tenho de pasto, não dá mais prá viver. É o motivo que eu tava dizendo que daqui a três anos nós vai sair e procurar outro lugar. Não tendo mata, só pasto, talvez outro já forme também pasto e daí, nós vai querer comprar o legume e já não vai encontrar".(13).

Toda essa expansão da pecuária faz surgir um lento processo de reconcentração de terra pois, o migrante mais capitalizado e com um maior rebanho, já direcionado para pecuária leiteira, consegue comprar o lote dos que estão saindo. Para se ter uma idéia, há migrante que, ao chegar na Tupã, conseguiu comprar apenas 15 alqueires e, hoje, 10 anos após, considerado fazendeirinho, comprou mais de 8 lotes, totalizando 82 alqueires e tem pretensões de comprar mais lotes e mais cabeças de gado. Na ocasião da entrevista, ele possuía cerca de 140 cabeças de gado.

Além dos lotes que são comprados pelos próprios migrantes há, também, compra por parte de fazendeiros que moram fora da Tupã.

(13) Depoimento de migrante.

" Daqui a uns oito ano aqui vai estar nas mão de um ou dois fazendeiro. Começa a vender, a vender e acaba juntando tudo de novo. Inclusivamente, na Sapucaia (município de Xinguara) era um lote de 900 alqueire, cheio de colono. Hoje, esse lote está na mão só de uns oito dono. O povo está indo embora porque vai trabalhando na terra, forma pasto e acha que vender aquela terra e pegar um dinheirinho bom, acha que é um bom negócio. Vende aquela e vai prá frente comprar outra mais barata. Por exemplo: vende uma aqui por 5 mil, chega no Tucumã compra outra por 1.500, aí o que sobra ele pode movimentar. Mais, às vezes, faz é arruinar de vida mais ele acha que está melhorando porque vende mais caro e compra mais barato mais, não é bem assim porque, às vezes, ele vai prá um lugar que não oferece condição de vida. Inclusivamente, já foi gente daqui pro Tucumã e volta prá trás sem graça e não pode nem mais comprar o pouco que tinha aqui".(14).

(14) Depoimento de migrante.

" Eu acho que essa Tupã, por exemplo, daqui uns ano vai virar fazenda. Os fazendeiros vai entrando e vai comprando de um, de outro, de mais outro, ai forma fazenda e os pequenos vai se retirando. Antes era mata e, agora, vai ser capim. Vai ser bom pro fazendeiro, né? Aqui já tem fazendeirinho que comprou 20 lotes".(15).

Ao ser questionado sobre a validade de sua luta para dividir a Tupã frente a reconcentração que está ocorrendo paulatinamente, o posseiro reflete um pouco e responde:

" Na minha opinião, mais prá frente, só vai ter fazendeiro aqui na Tupã. Mais, nossa luta adiantou. Adiantou porque aqui tinha goiano, mineiro, piauinse, baiano, tinha sergipano, tinha muita gente. De quase todos estado tinha gente aqui naquela época. Uns arrajava motivo prá não tirar uma posse no conflito porque, às vezes, a coragem deles não dava prá entrar. A coragem deles não dava nem prá entrar e cortar uma vara que fosse. Ai essa parte mais fraca

(15) Depoimento de migrante.

ficou do lado de fora da porteira a espera que liberasse. Depois que liberou todo mundo quis uma posse e ajudou muita gente porque a maioria não tinha nem barraco prá morar antes de entrar aqui".

Além do esgotamento da terra para cultura, há outros fatores que induzem novas migrações: a falta de estradas, de transporte, de saúde e de escola fazem parte da melhoria que é esperada para a região. Mas, exceto alguns poucos casos em que depois de certo acúmulo de capital o migrante volta à cidade de origem ou vai para outros centros urbanos, a maioria segue adiante na fronteira, onde vai enfrentar piores condições de infra-estrutura. Entretanto, um fato social curioso é que a maioria aponta como a maior dificuldade é a "desunião do povo".

" Eu penso em sair do lote porque acho difícil, escola que é fraca, as estrada também e o povo é muito desunido. A coisa que eu acho mais ruim é a desunião do povo. Foi a comunidade que eu morei que achei o povo mais desunido".(16).

(16) Depoimento de migrante.

" Uma grande dificuldade daqui é a desunião do povo. O povo só se junta prá rezar e nem a reza tá dando mais resultado. Todos tem a mesma dificuldade pois, falta estrada, escola, médico. Mas eu acho que nos anos prá trás todo mundo era pobre, inclusive não tem rico mesmo dentro da área mais, teve época que todos tinha menos e, hoje, a maioria já dá prá se mover bem e aí ele já dando conta de se mover já não tá nem aí pros outro que tá mais pobre."(17).

Outros reforçam que a venda de lotes está associada a falta de organização e chegam a acreditar que um sindicato forte e uma associação atuante forneceriam elementos suficientes para evitar outras migrações.

" Eu acho que as pessoas ficam vendendo as terra, migrando, por falta de organização. Aqui na região, por exemplo, se a gente tivesse um sindicato forte que apoiasse a luta do trabalhador rural em si e não só daquele que vive entrando numa terra e outra, como a

(17) Depoimento de migrante.

gente sabe que tem muito por aí, eu acho que diminuía esse problema da migração. Olha, nós entramos e conquistamos a terra, depois não teve nenhum acompanhamento (...). Quando nós entramos e logo no primeiro ano eu comecei a me preocupar quando vi o pessoal colher a roça e colocar capim no lugar. Quando vi aquilo, fui me apavorando. No outro ano, de novo, derruba roça e coloca capim e eu fui pensando: essa terra daqui há poucos anos vai se acabar. Aí comecei a pensar e discutir o problema. Eu acho que se aqui na Tupa a gente tivesse conseguido formar uma associação, há oito anos atrás, a história era diferente. Muita gente tinha ficado porque na associação eles teria discutido, incentivado outras cultura permanente e não teria formado tanto capim. Se o pessoal tivesse tido acompanhamento, ele não tinha vendido as terras. Muita gente vendeu porque desanimou de lutar. Não tinha estrada, para ir a Xinguara tinha que ir a pé. Quando começou a aparecer o primeiro transporte era uma exploração (...). Mais aí, a gente não tinha muito apoio e não sabia como fazer

porque era novo na luta. Hoje, continua a venda de terra porque a situação não está muito diferente".(18).

Todas essas dificuldades vividas pelos migrantes da Comunidade Cruz de Pau - falta de infra-estrutura e de organização - refletem o que acontece em outras áreas desapropriadas no Sul do Pará. Todas as ações de resistência e ocupação de terras, apesar de não terem conseguido impor uma reforma agrária, contribuíram de forma significativa para uma série de desapropriações que, por sua vez, não foram suficientes para manutenção do lavrador em seus lotes, pois sempre seguiram um esquema pré-determinado: após a distribuição dos títulos, o Estado retira-se da área sem que nenhuma intervenção, no sentido de propiciar a permanência das famílias na terra conquistada tenha sido feita, ficando os posseiros entregues a sua própria sorte.

É nesse cenário que se evidencia a política concentracionista como tônica do desenvolvimento, não tendo o Estado qualquer interesse em promover políticas de assentamento que viabilize a produção familiar. Assim, a falta de infra-estrutura e de uma política agrícola agrava

(18) Depoimento de migrante.

mais o quadro geral de abandono e fragiliza a manutenção da pequena produção.

A atuação dos Órgãos Não Governamentais - ONGs, como a CPT, busca apoiar as entidades dos trabalhadores e reforçar a luta pela reforma agrária através das conquistas. Mais recentemente, a CPT e a Diocese de Conceição do Araguaia passaram a oferecer assessoria na implantação de alternativas para a agricultura familiar contestando, desta forma, os grandes projetos como modelos de desenvolvimento. Essa posição tenta se equilibrar no espaço entre as necessidades dos trabalhadores rurais em busca da sustentabilidade de sua agricultura e entre a imobilização do Estado que, sem fornecer estrutura e política de desenvolvimento, provoca novas migrações.

Por outro lado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais procuram se achar nessa nova conjuntura. Na época de grandes conflitos o Sindicato aglutina a massa dos posseiros. Uma vez conquistada a terra, o movimento diminui. Deste modo, o sindicato atende apenas o posseiro e o aposentado, que necessita da comprovação do trabalho rural. Responder as necessidades do agricultor, que já se organiza, na sua área em associações, é a preocupação central dos STRs e também da FETAGRI-PA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará), que passaram a promover ações nos últimos 3 anos reivindicando crédito e

benfeitorias. No caso do STR de Xinguara a questão ainda era de mudar a orientação assistencialista de 10 anos (1983-93), para entrar nessa nova conjuntura.

Assim, novos tempos virão. Sindicatos e Associações experimentarão propostas e alternativas que possam oferecer aos trabalhadores o direito de escolher entre ir e ficar.

5.0. ANÁLISE CONCLUSIVA

Nesse estudo pretendeu-se realizar uma breve incursão na história do processo migratório no Brasil, desde o seu descobrimento até as recentes fronteiras agrícolas, utilizando a ocupação de um latifúndio, localizado na região sul paraense, como ponto de partida para entendermos como a concentração da terra e as mudanças estruturais na política econômica e social impõem constantes migrações pelas fronteiras, com promessas de acesso a terra e, dentro delas, a medida que a terra é conquistada mas não oferece as mínimas condições de sobrevivência.

Com os migrantes que foram atraídos para a região amazônica, principalmente a partir da década de 70, a situação não foi diferente pois, ao mesmo tempo que o governo resolveu promover a transferência da população excedente das áreas onde havia fortes tensões sociais, via colonização oficial, coordenada pelo INCRA, promovia, também, um política de subsídios com o intuito de atrair a grande empresa, fosse ela agropecuária, industrial, mineral

ou madeireira, sob a responsabilidade da SUDAM.

No Pará, o maior fracasso dessa colonização dirigida está espelhada na Transamazônica e nos conflitos acirrados, no Sul desse Estado, que marcaram a região, tornando-a manchete nacional e internacional. Todavia, não podia ser diferente haja vista que o modelo econômico elaborado para o país favorecia a expansão do capitalismo, através dos incentivos fiscais e creditícios, em detrimento do migrante que tinha como alternativa tentar conseguir um lote nos projetos de colonização ou, então, ocupar algum latifúndio improdutivo assumindo, agora, a identidade de posseiro.

Ao escolher a segunda opção, ocupar uma área, o posseiro se depara com todo tipo de arbitrariedade com a conivência explícita dos órgãos governamentais mas resiste e consegue o acesso a terra. Porém, isso não significa que vai parar de migrar e sim, que abriu a "porteira" para receber outros migrantes mais capitalizados.

A Comunidade Cruz de Pau é uma amostra do modelo de desenvolvimento adotado e já se encontra em processo de reconcentração. Os primeiros migrantes já se foram e, os que chegaram após a desapropriação estão incertos quanto a permanência a longo prazo.

A falta de infra-estrutura é um reclame geral. Existem escolas com ensino precário até a 4ª série,

sendo que a reivindicação do oferecimento da 5ª série já foi feita. Recentemente, surgiu o desejo da implantação de eletrificação rural, ficando a assistência à saúde e as estradas como esperança. Tudo isso aparece como motivos para migrar.

Mas, há os impasses dentro do sistema de produção. Este exige terras novas para culturas de subsistência e para mais pasto. A pecuária extensiva acaba por contribuir e determinar novas migrações caracterizando uma inversão de papéis: "em vez do homem tanger o boi, este é quem está tangendo o homem". JATOBA (1980) define essa inversão de papéis como "pastoril às avessas". Além disso, a pecuária promove uma diferenciação social, uma espécie de "seleção", onde ficam os mais capitalizados que vão sutilmente reconcentrando a terra.

A intervenção nesse meio não pode ignorar esses impasses. Injetar simplesmente recursos, créditos, dentro de uma política agrícola parcial, pode apenas apressar a chegada ao limite de exploração do lote de 10 alqueires. A melhoria qualitativa do sistema de produção básico deve ser trabalhado para garantir uma produtividade satisfatória na tendência verificada à pecuária leiteira que, em si, já é uma atividade econômica altamente seletiva.

Por fim, aprofundando toda essa problemática migratória de populações excedentes, conflitos pela terra e

sobrevivência da agricultura familiar, invariavelmente, chega-se a urgência da reforma agrária, até hoje evitada pelas elites dominantes. Uma reforma agrária ampla, capaz de servir de instrumento de igualdade e que possa garantir os direitos elementares de cidadania e o acesso democrático a benefícios para quem vive no campo.

6.0. RESUMO

A temática tratada nesse trabalho está relacionada com a questão da migração, abordada sob a ótica de que a estrutura agrária e a política econômica-social adotada pelo Estado são os responsáveis pelo fenômeno migratório em curso no país. O assunto foi focado em dois momentos diferenciados no intuito de identificar as variações migratórias, principalmente das últimas décadas, e os fatores econômicos a elas associadas. Num primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno do tema analisado e, num segundo momento, foi reconstituído o roteiro migratório dos pequenos produtores que se dirigiram a Comunidade Cruz de Pau da fazenda Tupã-Ciretã, município de Xinguara-PA. A fazenda ocupa uma área de 8.100 alqueires e foi escolhida como referência do que está acontecendo na fronteira amazônica como um todo, por estar inserida numa das regiões mais tensas: o Sul do Pará. Esta região, até o início dos anos 70 apresentava baixa densidade populacional e, a partir de então, começou a receber fluxos de trabalhadores provenientes do Centro-Sul do país. Na ausência de "terras livres", isto é, "sem donos", ações de resistência e ocupações de terra se multiplicaram, desencadeando uma série de conflitos, sendo o ocorrido na

Tupa-Ciretã um dos mais acirrados do município. A metodologia utilizada nesse segundo momento, consistiu em entrevistas aos remanescentes da ocupação e aos migrantes que chegaram após a desapropriação, objetivando detectar e entender as causas migratórias naquela direção. Com esse procedimento, chegou-se a conclusão de que a estrutura concentrada da terra é o gerador das migrações e enquanto houver uma fronteira a ser ocupada, as políticas governamentais vão utilizá-la como alternativa para esvaziar os conflitos no campo, em detrimento de uma Reforma Agrária justa e igualitária.

7.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

01. BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 12 ed. Petrópolis:Vozes, 1993. 317 p.
02. FERRARINI, S. A. Transertanismo: sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia. Petrópolis:Vozes, 1979. 94 p.
03. FIGUEIRA, R. R. A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis:Vozes, 1986. 115 p.
04. FIGUEIREDO, V. M. & TRIGUEIRO, M. G. S. O processo de modernização nas fronteiras agrícolas: a região geoeconômica de Brasília. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.3, n.2, p. 199-224, maio/agost., 1986.
05. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 15 ed. São Paulo:Nacional, 1977. 248 p.

06. GRAHAM, D. H. & HOLLANDA FILHO, S. B. de. Migrações internas no Brasil: 1872-1970. São Paulo:USP.IPE/CNPq, 1984. 129 p. (Relatórios de Pesquisa, 16).
07. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro:ZAHAR, 1982. 102 p.
08. GRAZIANO DA SILVA, J.(coord.). estrutura agrária e produção de subsistência da agricultura brasileira. São Paulo:Hucitec, 1978. 267 p.
09. IANNI, O. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis:Vozes, 1979. 140 p.
10. JATOBA, S. J. Dinâmica demográfica e econômica na pré-Amazônia maranhense. in: MOURA, H. A.(coord.). Migração interna (textos selecionados). Fortaleza, BNB.ETENE, 1980. p. 1.161-1.177, t.2:migrações internas no Brasil; as migrações nordestinas. (Estudos Econômicos e Sociais, 4).
11. LASAT. Estudos da realidade, iniciativas e perspectivas da pequena produção. Belém:UFPA.DAZ/NAEA, 1992. p. 114-138.

12. LEE, E. Uma teoria sobre migrações. in: MOURA, H. A. (coord.). Migração interna (textos selecionados). Fortaleza, BNB.ETENE, 1980. p. 89-114, t.1:teoria e modelos migratórios; conceitos básicos, fontes de dados e métodos de mensuração; estado atual do conhecimento empírico.(Estudos Econômicos e Sociais).
13. MARTINS, J. S. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis:Vozes, 1984. p.
14. MARTINS, J. S. Expropriação & violência (a questão política no campo). São Paulo:Hucitec, 1980. 181 p.
15. MENEZES, M. A. & GONÇALVES, A. J. Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo:Paulinas, 1986. 82 p. (o povo quer viver).
16. MOREIRA, I. T. & OSÓRIO, C. Desigualdades regionais e migrações. in: OSÓRIO, C. (coord.). Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Recife:SUDENE.PIMES, 1984. p. 374 - 477. v.1:Caracterização, evolução recente e fatores determinantes.
17. MUÑOZ, H. & OLIVEIRA, O. A migração interna na América

Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. in: MOURA, H. A. (coord.). Migração interna. (textos selecionados). Fortaleza, BNB.ETENE, 1980. p. 577 -609. t.1: teoria e modelos migratórios; conceitos básicos; fontes de dados e métodos de mensuração; estado atual do conhecimento empírico. (Estudos Econômicos e Sociais).

18. NORDESTINOS. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1898. 38 p. (Cadernos de migração, 2).

19. OLIVEIRA, O. & STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. in: MOURA, H. A. (coord.). Migração interna (textos selecionados). Fortaleza, BNB.ETENE, 1980. p. 245 - 286, t.1: teoria e modelos migratórios; conceitos básicos: fontes de dados e métodos de mensuração; estado atual do conhecimento empírico. (Estudos Econômicos e Sociais).

20. OLIVEIRA FILHO, M. Rio Maria: a terra da morte anunciada. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991. 112 p.

21. PADIS, P. C. A Fronteira agrícola. Revista de Economia Política, São Paulo, v.1, n.1, p. 51 - 75, Jan/mar., 1981.

22. PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. Migrantes amazônicos.
Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo:Loyola,
1992. 221 p.
23. PETRONE, M. T. S. O imigrante e a pequena propriedade.
2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1984. 89 p.
24. PRETI, O. A fronteira agrícola no estado brasileiro: um
processo de expansão, acumulação e luta. Cadernos do
NERU, Cuiabá, n.1, p. 73 - 92, março, 1993.
25. RIBEIRO, N.F. Caminhada e esperança da reforma agrária.
Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987. 181 p.
26. SCHAEFER, J. R. As migrações rurais e implicações
pastorais: um estudo das migrações campo-campo do Sul
do país em direção ao norte do Mato Grosso. São
Paulo:Loyola, 1985. 263 p.
27. SOUZA, I. Migrações internas no Brasil.
Petrópolis:Vozes, 1980. 143 p.
28. SINGER, P. I. Migrações Internas: Considerações teóricas
sobre o seu estudo. in: MOURA, H. A. de. (coord.).
Migração Interna (textos selecionados). Fortaleza,

BNB.ETENE, 1980. p. 211 - 244. t.1: teoria e modelos migratórios; conceitos básicos; fontes de dados e métodos de mensuração; estado atual de conhecimento empírico. (Estudos Econômicos Sociais).

29. TOPALL, O. Sistema de Criação de Bovinos nos Lotes de Colonização Oficial da Transamazônica, Região de Marabá. Marabá, 1991. 32 p. mimeog.

30. VELHO, D. G. Capitalismo Autoritário e Camponato. (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2 ed. São Paulo:DIFEL, 1979. 261 p. (Corpo e Alma do Brasil).

31. VIEIRA, M. A. da C. A Venda de Terras do Ponto de Vista do Lavradores: a venda como estratégia. in: ESTERCI, N. (apresent.). Terra de Trabalho e Terra de Negócios: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro:CEDI, 1990. p. 37 - 55.

B.O. APENDICE

NOSSO PASSADO(*)

Há muitos anos atrás
vige o que acontecia
lá no Estado do Pará
nossos irmãos padecia.

Tanta fome que passava
que não tinha o que comia
não tinha onde trabalhar
serviço não existia.

O tempo foram passado
vige que aconteceu
de tanto o povo rezar
de fome ninguém morreu
pidindo nosso pai
nós também somo filho seu
se um dia nós vence a luta
como Deus também venceu.

Descobriram a terra
ficava lá num deserto

não tinha nenhum serviço
nem tinha vizinho perto
tinha muito cangaceiro
que no dedo era esperto
coitado não discuidava
ficava sempre alerta.

Via seus filhos chorando
sem saber o que faço
eu vou lá prá minha terra
não sei se volto
vou prantar muito mantimento
e também pé de alfaça
lá tem muito peixe
também tem muita caça.

Quando ia entrar prá mata
despedia da famia
não sabia se entrava
não sabia se saia
entregava sua alma
a Nossa Senhora da Guia
se um dia fosse feliz
vamo tirar uma folia.

Depois das roça queimada
vige que judiação
lá encheu de cangaceiro

cada um mais alerta,
tomaram conta das estrada
e cercaram no portão
e jogaram muita semente
semente de colônia.

Os coitadinho chorava
sem saber o que fazia
preparou sua arma
antes de amanhecer o dia.

Toda turma que entrava
era dois, três que caía
acabou o valentão
amansou naquele dia
cangaceiro que escapou
por sorte aquele que corria.

A justiça apareceu
a favor da nação
a terra que é de vocês
prá plantar arroz e feijão
foi o nosso pai eterno
que nos deu a proteção
se Deus nos ajudar
aqui vai ter um farturão.

(*) De autoria de Divino Serra (poeta João da Mata). Seu Divino foi um dos posseiros da fazenda Tupã-Ciretã.

8.1. O CASO DA FAZENDA TUPA-CIRETĂ (19)

A fazenda Tupă-Ciretă, localizada a 16 quilômetros de Xinguará, ocupa uma área de 8.100 alqueires, dividida em 09 lotes de 900 alqueires, cada. Era um grande latifúndio repleto de mogno e terras férteis mas, era improdutivo. No dizer dos posseiros, em entrevista ao jornal do Brasil, em 07/11/81, "não havia um só sinal de ferro", isto é, de trabalho.

Em 1978, a fazenda foi ocupada por aproximadamente 400 famílias de diferentes regiões do país que improvisaram uma morada, abriram picadas e prepararam o local para formar uma roça. O clima era de paz e de alegria pois, haviam encontrado a terra que tanto procuraram. O entusiasmo de conseguir terra para trabalhar se espalhou rapidamente na região e atraiu muitos outros posseiros a cada dia.

A decisão de ocupar ou de "grilar", como eles colocam, não era fácil e jamais constituía decisão isolada.

(19) Tupă-Ciretă, em Tupi, significa "Deus passou por aqui".

Sempre era um grupo de amigos que se influenciava e decidia entrar no "grilo da Tupã".

"O povo falava que a Tupã tava cheia de gente, que lá era um mundo véio de mata, né? Então, vamo entrar prá lá! Tá cheio de posseiro, não tem documento (titulo). Vamo lá ver se nós arranja um pedacinho de terra. Ver se ainda tem. E, já tava cheio mesmo, eu fui prá lá em 1978".(20).

"Passamo quatro ano em Xinguara, sem casa, sem nada, só sofrendo. Os amigo chamaram meu marido prá entrar, apossiar dessa fazenda (Tupã). Só vivia chamando e ele sem querer vim. Eu tinha tanta vontade que ele viesse porque eu tinha vontade de conseguir um pedaço de chão, uma terrinha".(21).

"Surgiu essa Tupã, o povo dizia que era do Estado. Tinha uma fazendona muito grande mais, não tinha benfeitoria nenhuma. Então, vamos entrar prá lá! Nós entramo, logo no inicio, era 35 pessoa. Lá pro fundo tinha umas posse

(20), (21) Depoimentos de posseiros.

mais não morava ninguém. Quando nós mudamo prá cá, com uns oito dia, já tinha umas duzentas pessoa".(22).

A tranquilidade dos posseiros durou pouco. Em 1979, o banqueiro paulista, Flávio Pinho de Almeida, do Grupo COMIND, chega ao Sul do Pará se dizendo dono da Fazenda Tupã e dá início a inúmeras arbitrariedades. Entrou de imediato com uma ação judicial contra os posseiros e o Dr. Juracy Marques Tavares, juiz em exercício de Conceição do Araguaia, concedeu liminarmente o pedido de manutenção de posse, alegando que os posseiros não tinham direito algum, haja vista não ter completado, ainda, ano e dia de ocupação(23). Munidos com o documento expedido pelo Juiz, cerca de 50 soldados de Marabá, Xinguara e Conceição do Araguaia, sob o comando do Oficial de Justiça, Mauricio de Abreu e Castro, iniciaram o primeiro despejo de uma série de três, somente naquele ano.

"Em 78 prá 79, já castigaram o povo. Lá tava cheio de gente, tinha um bocado de gente.

(22) Depoimento de posseiro.

(23) Ver artigos 507, 508 do Código Civil e 924 do Código de Processo Civil.

Abriram as picada e depois fizeram a rocinha. A polícia foi e tirou todo mundo em 79. Teve um dia que era 150 policia. Aqueles que eles pegava, batia, levava prá sede da fazenda, marrava, tomava as arma de fogo".(24).

O despejo mais violento aconteceu no início de outubro de 1979, no qual foram praticadas incontáveis arbitrariedades como o espancamento de uma criança de 07 anos para que informasse o local onde se encontrava seu pai; violências sexuais, prisões e espancamentos generalizados; fechamento das estradas que davam acesso às posses; queimas de barraco; enfim, uma série de absurdos que foram divulgados em alguns jornais.(25).

Objetivando denunciar as irregularidades que estavam acontecendo na fazenda, 03 posseiros, Manoel Conceição Viana, Antonio Costa e Antenor Alves Moreira, foram ao Secretariado Nacional da CPT, em Goiânia e, em entrevista coletiva, fizeram várias denúncias.

Antonio Costa, 59 anos, denunciou ao Jornal O Popular, no dia 19/04/79, o seguinte:

(24) Depoimento de posseiro.

(25) Jornal de Brasília (Edição de 20/10/79) e Jornal O Popular (Goiânia, 19/10/79).

"Sempre trabalhei na roça mas, toda vez que entro em uma terra, derrubo, planto, limpo e depois de tudo pronto, entra alguém que diz ser dono, me bate, os policiais me humilham frente minha mulher e meus filhos. Agora, nesta última expulsão me fizeram engolir cigarro aceso, cortaram minha roupa e me obrigaram a vestir as de um jagunço que havia morrido".

Após saírem de Goiânia, os três posseiros, juntamente com o então advogado da CPT Paulo Fonteles, seguiram para Brasília e relataram na CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - e no Ministério da Justiça, o que estava acontecendo. O saldo dessa ida a Brasília se resumiu ao envio de alguns ofícios ao Ministro Petrônio Portela, solicitando providências no sentido de evitar as violências.

Sem nenhuma providência oficial, a violência continuou e se alastrou pelas redondezas. A polícia executou duas ações violentas em outras duas fazendas: São Francisco e Marajoara. A repercussão de todas essas ações chegaram ao conhecimento da cidade. Em entrevista, o Pe. Ricardo Rezende, Pároco de Rio Maria, lembra que na ocasião havia

uma insatisfação muito grande com a polícia também na cidade pois, além da atuação arbitrária com os posseiros, alguns comerciantes sofriam extorsão dos policiais.

Com esse clima, revela Pe. Ricardo, surge na CPT a idéia de uma ação que fosse massiva e pudesse repercutir a crítica situação local. Paulo Fonteles formula, então, a proposta de um ato público contra a violência no campo e pela reforma agrária, como fato político. O ato público foi marcado para o dia 21 de outubro de 1979.

A CPT fez contatos com deputados federais e estaduais, dirigentes de sindicatos e jornalistas para unidos realizarem "um protesto contra a violência da polícia e dos jagunços, que estão querendo expulsar todo mundo da terra" (26). A Rádio Educadora de Conceição do Araguaia de propriedade da Igreja, a cada 10 minutos, convidava o povo para a manifestação, advertindo que seria pacífica e teria como objetivo "forçar o Governo a tomar uma decisão que venha a beneficiar os posseiros" (27). Nas áreas de conflito e em toda a zona rural, a divulgação foi feita na popularmente conhecida "Rádio Peão", a conversa de boca-em-boca.

Finalmente, chega o grande dia da

(26) *Jornal O Liberal* (Edição de 23/10/79).

(27) *Jornal Interior* (Edição de 23/10/79).

manifestação. Logo cedo, centenas de pessoas começam a chegar em Xinguara, na época, Entrocamento do Xingú. São dezenas de caminhões, camionetes e ônibus que trazem posseiros do interior e os deixam nos arredores da Igreja São José Carpinteiro, onde agentes pastorais, freiras e padres faziam inscrições e arrumavam um local para o almoço e a dormida de cada um.

As 15:00h teve início a missa campal celebrada pelos Bispos Dom Alano Pena, de Marabá, Dom Tomás Balduino, de Goiás e Dom Celso Almeida, de Porto Nacional; pelo Padre Mário Sampaio, subsecretário da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, e pelos Párocos de Xinguara e de Conceição do Araguaia. A missa teve como introdução o seguinte texto: "Vamos celebrar juntos os sofrimentos deste povo oprimido, torturado e expulso de suas terras. Vamos unir nossas preces e nossas forças num clamor de protesto contra os opressores. Vamos prestar nossa solidariedade aos irmãos que sofrem toda espécie de injustiça e de violações de seus direitos mais sagrados"(28).

Após o encerramento da celebração, os agentes pastorais convidaram todos a saírem em passeata pelas ruas empoeiradas e esburacadas da cidade, em direção a uma colina, em frente a mansão do sub-prefeito, Sr. Oliveira,

(28) *Jornal O Liberal* (Edição de 23/10/79).

que na ocasião queria despejar 42 famílias que moravam em um descampado próximo a sua residência. A razão do despejo era a construção de uma praça. A multidão seguiu pelas ruas, agitando suas ferramentas de trabalho e sob as palavras de ordem: "queremos trabalhar e o barão não quer deixar"; "queremos terra"; "queremos reforma agrária"; (29), continuaram a caminhada. A última parada foi na sede da delegacia local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia.

O ato público começou com a leitura de telegramas enviados de diversas localidades e das mais diferentes autoridades: 26 deputados do MDB, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, CPT do Paraná, Bispo de Chapecó, de Itacoatiara e mais 19 Associações. A cada telegrama lido, os trabalhadores explodiam em esperança e passavam a acreditar que tanta manifestação de apoio não podia nem devia ser em vão. Ao término das leituras, alguns posseiros começaram a relatar as violências sofridas, numa mostra das atrocidades que estavam acontecendo na região, com participação direta dos policiais na queima de barracos e nos despejos, nos quais famílias eram jogadas nas ruas de xinguara, como se fossem animais.

As denúncias prosseguiram noite a dentro e,

(29) *Jornal Interior* (Edição de 23/10/79).

então, Expedito Ribeiro de Souza (30), lavrador e poeta de Rio Maria, recitou versos de sua autoria. O advogado Paulo Fonteles, último orador da noite, encerrou o ato sob forte chuva. Os posseiros, com almas literalmente lavadas, retornaram às suas casas, sonhando com melhores dias que pareciam já estar a caminho.

O saldo deixado pelo ato público foi, sem sombra de dúvida, a repercussão que alcançou. Durante vários dias a imprensa local, de Belém e de Brasília, noticiaram o sucesso da manifestação. Em apenas uma semana de organização as comunidades se mobilizaram, de tal forma, que conseguiram juntar mais de 06 mil lavradores de um só município, trabalhadores urbanos e diversas autoridades (FIGUEIRA, 1986).

Outro ponto importante e que pode ser visto como saldo, foi a lição de democracia e de união vivenciada por cada um dos participantes, fazendo renascer no íntimo daqueles trabalhadores a esperança e o conhecimento da força que possuíam. Uma força capaz de juntar, num mesmo momento, milhares de trabalhadores para em uníssono gritarem para o país inteiro: queremos paz! chega de violência! queremos terra para trabalhar!.

(30) Assassinado no dia 2/2/91. Naquela época Expedito era presidente do STR de Rio Maria, dirigente do PC do B e candidato a Prefeito de Rio Maria, PA (OLIVEIRA FILHO, 1991)

Ao final do ato, o INCRA que vinha desempenhando um papel muito aquém das necessidades da região, ficou definitivamente enterrado.

Em última análise, o ato público conseguiu delinear todo o clima de tensão em que viviam os trabalhadores porém, não conseguiu sustar a violência. Muitas histórias escabrosas ainda iriam acontecer.

Dona M. lembra um pouco a ocupação da Tupã, os despejos e o ato público:

"Quando cheguei no Pará, ouvia falar em terra. Ai foi quando surgiu várias ocupação na região e surgiu a Tupã e meu marido entrou aqui em 79, a primeira vez. Eu fiquei em Xinguara. Passaram uns dia aqui e logo veio o primeiro despejo. Foi quando houve o ato público. Nesse despejo houve muita violência e foi um grupo de posseiro em Brasília denunciar e conseguiu que organizasse esse ato público em Xinguara. Dizem que tinha nove mil pessoa, era muita gente, muita gente. Foi muito bonito. Nessa época era o INCRA que tava em Xinguara, que tinha vindo, né?, por causa da pressão do povo mesmo. Instalaram um escritórim em Xinguara. Nessa época do ato público foi extinto o INCRA

e veio o GETAT, então, o GETAT pediu pro pessoal que esperasse um tempo que ia resolver o problema. Então, eles passaram (posseiros) o resto do ano fora. Voltaram em 80 e começaram a lutar outra vez, continuaram a luta".

A partir dos acontecimentos - ocupações, despejos e ato público - a fazenda manteve pistoleiros na área, como forma de intimidar tanto os posseiros que resistiam a expropriação como para evitar a entrada de outros. Entretanto, a tática não funcionou. Em 1981, a Tupã recebeu nova leva de posseiros.

"Em 81 teve esse grilo aqui e eu vim prá cá, estou aqui até hoje. Nós entramos, marcamos a terra e foi trabalhar, né?". (31).

Mais uma vez, agora tendo o GETAT como expectador, a Tupã-Ciretã torna-se palco de violências contra posseiros, num verdadeiro clima de terror. No mês de junho de 1981 uma comitiva de soldados chegou ao povoado de

(31) Depoimento de posseiro.

Xinguara, juntamente com o gerente da fazenda. Os policiais compraram panelas, redes e munições e logo o comentário de que os posseiros da Tupã seriam despejados, se espalhou. A explicação de todo esse aparato policial surgiu no dia seguinte, através de um aviso expedido pela Polícia militar do Estado, fixado na parede do STR e do GETAT. Nesse aviso a polícia explicava que estava na área para garantir a segurança do Oficial de Justiça que lá se encontrava, com o objetivo de cumprir um mandado judicial expedido pelo Juiz da Comarca de Conceição do Araguaia.

Para infelicidade dos posseiros, a polícia extrapolou o objetivo inicial de proteger o Oficial de Justiça e começou todo um terrorismo não só com os posseiros mas, com todos que estivessem nas proximidades da fazenda.

Os despejos consistiam no seguinte: o Oficial de Justiça lia um papel no qual Flávio Pinho de Almeida requeria a área para si e sua esposa. Em seguida, os policiais retiravam os pertences dos barracos, colocavam em cima de um caminhão e despejavam as famílias e seus "trens" nas ruas de Xinguara.

"Eles pegava o povo, colocava as familia no carro, panhava os trens e despejava na rua. Dizia que a fazenda era do cara da Tupã, que ele tinha documento, que a terra era dele, que

a gente não podia ficar. Levava o povo na conversa."(32).

"Não tinha dois mês que nós tava aqui na Tupã, aí chegou o aviso de que os policial ia fazer despejo. Aí veio mesmo! Chegaram 55 policial, 9 pistoleiro e um oficial de justiça. Chegaram prá fazer despejo. Mais, o que era de fazer? Tinha que sair mesmo, nem que voltasse depois. A gente sabia do despejo mais resolveu ficar esperando. Correr prá que? A gente tinha que ficar era firme. A gente precisava da terra, se toda coisinha fosse correr, não ganhava a terra não, tinha que permanecer na terra. O gerente da Barreiro Preto avisou que a polícia ia entrar mais nós não saímo e foi deitar pensando que no outro dia ia ter que sair, ia ser despejado. No dia seguinte, fiz o almoço, dei prá criança, tava arrumando tudo, quando dei fé, chegou todo mundo em quatro carro: uma D10, uma kombi, uma veraneio e um jipe, tudo cheim, lotadim. Eles disseram que aquela terra tinha dono e a gente não podia ficar nessa área. Mais, nós dissemo que nem que ele tivesse tito mas, aquela terra tinha

que ser dividida pro pessoal, que todo mundo que tava ocupando aquela área precisava de terra prá trabalhar. Eles pegaram as coisa, colocou dentro do carro e só ficava fazendo pressão prá saber onde era que nós ia ficar. A gente falava que não tinha onde ficar, que não tinha casa. Claro, nós não tinha mesmo casa na rua. Não tinha prá onde ir. Na estrada eles pararam o carro e perguntaram de novo onde nós ia ficar e como nós respondeu que não tinha prá onde ir, eles decidiram levar pro GETAT, onde nós ficamo vinte e dois dia. Arranjaram um plástico prá nós fazer um barraco. Aí ficamo lá debaixo."(33).

Além dos despejos, as famílias passavam por outras humilhações: a permanência forçada na sede do GETAT, por não ter outro local para ficar e os xingamentos dos pistoleiros e de outras pessoas que por lá passavam.

"... cinco noite dormida lá no meio do tempo. pistoleiro querendo passar com carro por cima

de nós, toda noite. As pessoa passava em frente ao GETAT e dizia: vai grilar as terra dos outro, tava pensando que o homem não tinha direito prá fazer despejo? Nós ficava calado pois sabia que ia voltar. Prá que dizer nada. Os pistoleiro passava com os jipe cheio de muda de abacaxi e dizia qauê ia plantar lá no nosso lote. Nós respondia: tá bom! Pode plantar, nós precisa. O povo enchia o saco e a gente tinha que aguentar."(34).

A violência não parava por aí. Os policiais obrigavam os posseiros a assinarem papel em branco, prendiam pessoas não envolvidas na ocupação da Tupã, destruíam mantimentos e apreendiam instrumentos de trabalho. A cada barraco desocupado por intermédio de despejo, ficava um pistoleiro no local, para evitar novas ocupações ou o retorno do posseiro despejado.

"... a policia veio e tirou nós. Nós tinha acabado de derrubar a roça. Quando queimou a roça aí começou a mudar gente prá cá de novo e

(34) Depoimento de posseiro.

nós começamo a plantar a roça. Ai a policia veio de novo. Na segunda vez, tirou os posseiro e encheu de pistoleiro. Ia tirando posseiro e botando pistoleiro nos barraco. Na roça, eles jogava semente, plantava abacaxi. Até um canteiro de cebola, lá embaixo, eles plantaram."(35).

Enquanto ocorriam essas arbitrariedades as mulheres dos posseiros resolveram se organizar e criaram o Grupo de Mulheres do Araguaia, composto por mulheres de vários locais como Xinguara, Rio Maria e Conceição do Araguaia. O trabalho do Grupo consistia em denunciar, através de cartas as autoridades, o que estava ocorrendo na região; pressionar os órgãos competentes e a própria policia; reivindicar direito de pensão para as viúvas e solidarizar-se com viúvas de outras regiões do Bico do Papagaio.

O Grupo de Mulheres do Araguaia se reunia toda semana e no dia 08 de agosto de 1981 escreveram uma carta ao então Presidente da República João Baptista Figueredo, intitulada "Apelo de Mães de Família de Xinguara ao Presidente da República Exigindo Terra". Nessa carta-apelo, as mães fazem um balanço da

(35) Depoimento de posseiro.

ocupação/perseguição aos posseiros da Tupã e pedem providências urgentes, uma vez que não têm para onde ir e seus maridos correm perigo de vida (36).

Dona M. relembra uma ida ao GETAT, motivada pelo seguinte fato: antes de acontecer os despejos do ano 1981, o GETAT foi a Tupã pegar o nome dos posseiros e o ano de entrada de cada um, dizendo que era para facilitar o trabalho ao fazer o processo de desapropriação. Entretanto, uma semana depois, a polícia entrou na área portando o nome de todos os posseiros e dispensavam "tratamento especial" aos posseiros mais antigos, ou seja, estes eram tratados com mais violência do que os posseiros mais recentes. Então, quando chegaram os primeiros posseiros despejados em Xinguara, eles avisaram que a polícia tinha selecionado o nome dos posseiros que ocuparam em 78/79 e comentavam que iriam matar um a um. Temendo pela vida de seus maridos, as mulheres se juntaram e foram ao GETAT.

"...reuniu um grupo de mulher e foi ao GETAT. Chegamo lá às 7 hora da manhã e ainda tava fechado. Quando abriu nós entramo ai eles se assustaram e foi logo perguntando: o que vocês querem aqui? - Nós queremos falar com o

(36) Carta em anexo.

coordenador do GETAT. Quando ele viu que a gente tinha chegado, o doutor se trancou na sala. Os outro dizia que ele não tava. Nós ficamos na sala de espera. Aí quando foi 1 hora da tarde, o pessoal saiu prá almoçar e ele continuou trancado lá dentro. Quando eles voltaram do almoço, já quase 3 hora da tarde, ele resolveu atender mas, só queria receber três pessoa. Aí quando ele abriu a porta, todas entramos. Ele se assustou e perguntou: o que vocês querem comigo, afinal? Nós dissemos: quando vocês entraram na área prá pegar o nome pessoal, vocês disseram que era prá resolver a situação. Por que o sr. foi entregar a lista com os nome pro fazendeiro? O doutor negou dizendo que não sabia nem que tinha polícia na Tupã. Nós continuamos falando: Nós viemos avisar pro senhor que o senhor é responsável por tudo. Se ferirem um dedinho de nossos marido, quem vai pagar é o senhor. Nós estamos aqui, hoje, só vinte e duas mais, amanhã, vem duzentas mulher. Isso, nós levava as criança, elas chorava, ficava aquele mijadeiro de criança no chão. A gente só saia de lá quando recebia algum resultado. Desta vez, o doutor

mandou chamar o sargento e ele garantiu prá gente que não ia ter violência nenhuma, que podia ir prá casa tranqüila. Se ninguém reagisse não ia acontecer nada. Ai, foi o único despejo que não teve violência, que não bateram em ninguém".

As mulheres estavam certas ao temerem pelas vidas de seus maridos pois após os despejos e com a insistência de alguns retornarem aos lotes, mesmo com a presença de pistoleiros na área, o conflito se acirrou.

"...juntaram uma turma e disse que ia voltar prá Tupã. O doutor do GETAT falou que lá dentro tinha pistoleiro e que não se responsabilizava por nada. Vieram vinte e cinco. Ai quando foi no primeiro conflito só ficaram sete. Os outro foi embora. Não aguentou não. Parece até estória de mentiroso mais, não é não. Ficaram sete dias aí dentro da mata, comia farofa, alguma coisa que alguém vinha deixar prá eles. Até que eles conseguiram tirar os posseiro. Ai ficou gente fora da área e só confusão tinha. Vai entrar ,

*vai matar e aí a polícia veio prá prender os
posseiro".(37).*

Em setembro de 1981 aconteceu outro despejo
tão violento quanto os anteriores. Desde o dia 14 do citado
mês que se encontravam na área, cerca de 200 soldados sob o
comando do Tenente Silvano, com o objetivo de acompanhar o
Oficial de Justiça Maurício, o mesmo que havia despejado os
posseiros, de forma brutal, no ano de 1979. A história
parecia se repetir. Os opressores eram os mesmos; quanto aos
oprimidos, apesar de alguns não terem vivenciado as
violências praticadas em 79, na prática, pode-se afirmar que
eram os mesmos.

No dia 22 de setembro a polícia baleou pelas
costas o possseiro Angelo Ribeiro da Silva, de 70 anos de
idade que, em depoimento a CPT, afirmou que tinha saído a
procura do filho. No caminho encontrou 2 carros madeireiros
e, ao se aproximar para verificar se o seu filho estava por
lá, aconteceu o incidente. Dentro de um dos carros estava
"um homem escondido na cabine porque abriu ligeiro a porta
do carro e logo apontou a boca do revólver prá mim e eu
corri assustado. Ele gritou: não corre que é a polícia. Eu
virei as costas com medo e ele atirou (...). Recebi dois

(37) Depoimento de posseiro.

tiros: um acima dos rins e outro no quadril."(38).

A violência continuou. Num barraco onde havia 3 posseiros, chegaram 50 policiais e 11 pistoleiros que bateram bastante em dois deles, ameaçaram furar suas barrigas com faca e bateram nas costas e mãos com o cabo do machado; em outro barraco, chegaram 20 policiais e despejaram 02 famílias. Uma das mulheres, no segundo mês de gestação, assustou-se tanto com a presença e violência dos policiais que perdeu a criança; até dois garimpeiros que passavam nas proximidades foram espancados e obrigados a assinar um papel em branco.(39).

Vicente de Souza Braga, 55 anos, denuncia violência que sofreu com outro companheiro, Do Carmo Pereira da Silva:(40).

"... sete soldados numa camioneta vindo da fazenda Tupã-Ciretã, perguntaram de onde nós vínhamos e eu respondi que nós éramos posseiros naquela área. Eles me xingaram e mandaram eu e meu companheiro deitar no chão e

(38) Depoimento prestado à CPT, em anexo.

(39) Informações obtidas de um relatório elaborado pela CPT, em anexo.

(40) Depoimento prestado à CPT, em anexo.

sair rolando. O meu companheiro não quis rolar na piçarra e o soldado deu um chute nas costelas dele com a bota que até hoje está machucado (...). Daí, pegaram nós e levaram para a sede da fazenda. Lá na sede eles me amolaram demais: pegavam nas minhas orelhas, puxavam e levavam o facão dizendo que iam cortar (...). Ficamos na fazenda de 1 hora da tarde do dia 23/09/81 até às 6 horas da tarde. Eu e meu companheiro ficamos todo esse tempo lá na sede sem comer e sem beber".

Histórias parecidas para contar, têm os posseiros Emiliano Neres da Silva, que estava descansando em sua casa, quando chegaram 03 carros de polícia, com cerca de 40 homens e foi agredido com facão, machado e foi, ainda, obrigado a mostrar a posse dos outros companheiros; e Laércio Carlos dos Santos, obrigado a caminhar pela Tupã, do dia 19/09 ao dia 25/09/81, para denunciar os demais posseiros, jogar sementes de capim nas roças queimadas e chegou a receber propostas para trabalhar no meio deles. "Me ofereceram revólver, ordenado de Cr\$ 15.000,00 por mês, livre de tudo. No modo deles falar era: "machado" (revólver), "foice" (espingarda), "fiscal de picada"

(pistoleiro)."(41).

Diante de tanta violência, os posseiros resolveram, mais uma vez, recorrer as autoridades. Impossibilitados de deixarem suas posses " porque quando voltassem as casas não iam estar mais inteiras" designaram duas mulheres para irem a Brasília, numa tentativa de marcarem audiência com o então Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel. O objetivo foi alcançado e no decorrer da audiência o Ministro, como de hábito, prometeu que iria tomar providências imediatas. Iria se comunicar com o GETAT e o INCRA para que fossem apuradas as irregularidades que estavam acontecendo na região, com especial atenção, a área requerida pelo COMIND. O próprio GETAT prometeu resolver o caso da Tupã até o dia 29 de setembro de 1981.

Os conflitos, entretanto, não cessaram e numa tentativa de acalmar os ânimos dos posseiros, o GETAT iniciou, em 30/09/81, uma vistoria na área. Fazer vistoria é um procedimento comum em áreas de conflito e tem por finalidade saber o número de famílias envolvidas, as benfeitorias feitas após ano e dia para, finalmente, encaminhar o processo de desapropriação. No dia 08/10/81, uma reunião que havia sido marcada entre os posseiros e um "doutor" do GETAT não acontece. No dia seguinte, o GETAT parou a vistoria e, no dia 13/10/81, o GETAT resolveu abrir

(41) Depoimento prestado à CPT, em anexo.

o jogo: não há terra para os posseiros. Desesperados com o descaso das autoridades e percebendo que não iriam conseguir nada pelos caminhos legais, os posseiros resolveram enfrentar seus opressores.

"...juntou a polícia tirou os posseiro e deixou os pistoleiro. Ai quando eles(posseiro) mexeram nas leis por toda banda e viram que não tinha jeito, ai os posseiro entraram matando pistoleiro".(42).

Foram dias difíceis aqueles porém, a união - elemento imprescindível para o sucesso da conquista da terra - desceu entre eles. Cada um desempenhava uma função, isto é, enquanto uns ficavam na trincheira, outros ficavam trabalhando, dormindo e vice-versa.

"...ficava entrincheirado. Uns trabalhava e outro ficava vigiando. Mais nesse tempo que tava revoltado, ninguém trabalhava não. Aqueles medroso corria e outros que tinha coragem, esperava".(43).

"...a noite sempre a gente passava nos

barraco. Quando tinha ameaça, que tava meio difícil, nós passava a noite fora dos barraco. Aramava uma rede no meio do mato e passava a noite. Quando tava mais calmo, ficava nos barraco".(44).

O correspondente do Jornal Tribuna Operária em conceição do Araguaia, descreve com pormenores a "batalha da selva", afirmando que foi o mais grave choque dos últimos anos na guerra pela terra.

De um lado, entrincheirados na mata e dispostos a defender suas posses, dezenas de trabalhadores; do outro lado, centenas de pistoleiros sob o comando de "Chapéu de Aço" e "Joaquinzão", dispostos a "limpar" a área requerida pelo COMIND.

O primeiro confronto aconteceu no dia 14 de outubro de 1981. Um grupo de posseiros ao se dirigir para posse de outro posseiro, avista cinco (05) pistoleiros. Não vacilam: os dois grupos se jogam ao chão e trocam tiros. Ao final do tiroteio, havia quatro pistoleiros feridos.

No dia 16/10/81 acontece outro confronto entre um grupo de posseiro e uma tropa de 15 pistoleiros. Trocam tiros durante, pelo menos, 20 minutos. Mais quatro pistoleiros são feridos, "talvez mortos".

(44) Depoimento de posseiro.

Sábado, dia 17/10/81, dois pistoleiros se aproximam de um barraco no qual descansavam alguns posseiros. Ao serem avistados, recomeça o tiroteio. O pistoleiro "Velinho" é ferido no ventre e outro consegue fugir.

Na segunda-feira, dia 19/10/81, logo pela manhã, "Joaquinzão"- chefe dos jagunços, "Chapéu de Aço" e "Francisco", já ferido no primeiro confronto, saem da sede da Tupã, num jipe, com a intenção de enfrentar os posseiros. Porém, num carreado (45) eles são surpreendidos por um grupo de posseiros que, imediatamente abre fogo e consegue matar "Chapéu de Aço" e "Francisco". "Joaquinzão", mesmo sendo atingido por vários tiros, consegue escapar, confirmando o ditado popular de que "vaso ruim não quebra".

Na madrugada de terça-feira, o inusitado acontece. Entrincheirados na mata, em completo silêncio, pistoleiros aguardam pacientemente o aparecimento de posseiros. De repente, um graveto se quebra, denunciando a presença de alguém. Os jagunços não pensam duas vezes e abrem fogo. Ao perceberem que estavam guerreando entre si, os pistoleiros já haviam matado dois "companheiros de trabalho".

Na quarta-feira, dia 21/10/81, os pistoleiros saem da área completamente vencidos, com quatroze (14)

(45) Picada por onde se carrega madeira.

feridos e, pelo menos, quatro (04) oficialmente mortos. Do lado dos posseiros, não há registro de nenhuma morte.

Uma semana após esses trágicos acontecimentos, a repressão recaiu sobre os posseiros e o Delegado, Nelson Marques da Silva, enviado pela Secretaria de Segurança do Pará, abriu inquérito com o intuito de penalizar os posseiros. O Delegado chegou a prender 11 posseiros que se encontravam em Xinguara.

"Eles me prenderam na minha casa, lá em Xinguara. Eu tava na minha casa, chegaram e me prenderam. Inclusive o L. morava comigo. Prenderam nós dois na mesma hora. Eles chegaram e falaram: o sr. é que é o seu E.? Eu respondi: sou eu mesmo! Então, o senhor está preso! Entrei no carro e fui prá cadeia e fiquei lá até 6 hora da manhã do outro dia. Aí ele me tiraram da cadeia e me deixaram sentado lá fora e foram ouvir meu depoimento. Disseram que nós tinha feito fogo em Chapéu de Aço, tinha matado ele, tinha acabado com o jipe velho da fazenda. Falei que não sabia de nada e aí, pude voltar prá casa".(46).

Outros posseiros, temendo a repressão se esconderam como puderam.

"A polícia veio prendendo. Era a DOPS nesse tempo. Ai disseram: vai prender todo mundo. Ai minhas filha mandaram tirar A, logo e eu fiquei em Xinguara. Já tava até com a janta arrumada, ai as menina falaram que era prá sair de casa. Ai, assim que eu sai de casa a policia foi lá. Bateram com a boca do fuzil na porta que afundou a tábua prá dentro(...). Eu sai do barraco e fiquei lá dentro do do quintal de uma mulher até um carro vim me buscar e fui prá casa de meu irmão".(47).

Diante de todas essas dificuldades, mesmo sofrendo todas essas represálias os posseiros não desistiram de lutar pela terra. Quando questionados sobre o porquê de toda resistência as pressões os posseiros responderam praticamente a mesma coisa: não tinham onde trabalhar nem onde morar.

"Tinha que arriscar mesmo. Prá ganhar a terra, prá viver, prá criar a família, plantar uma

(47) Depoimento de posseiro.

roça, ter um pão prá comer. Era obrigado, né?".

Passada a fase mais crítica de abuso de poder por parte das autoridades, os lavradores, um a um, começaram a retornar as suas posses. A partir daí não sofreram mais nenhuma violência direta mas não conseguiram descansar pois o fantasma sempre se fazia presente através das conversas de "ouvir dizer" que a polícia ia entrar novamente na Tupã.

"Um dia ele (marido) veio e aí eu decidi: ele vai hoje e amanhã eu vou. No outro dia eu vim mais os menino. Toda semana nós vinha. Depois resolvemo trazer a mudança que a gente tinha. Cabia numa carroça. Ainda foi um tempo de muita fofoca. O pessoal dizia que ia entrar pistoleiro e a polícia ia fazer despejo. Era tanta coisa".(48).

Finalmente, ao reconhecer a determinação dos posseiros com a persistência e o trabalho executado nas posses, o GETAT propôs ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários a desapropriação da área como única alternativa para terminar a tensão social existente na área. No dia 10/11/82, o Presidente da República assinou o Decreto

(48) Depoimento de posseiro.

número 87.782, declarando de interesse social para fins de desapropriação, parte da Tupã-Ciretã, composto pelos lotes 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156 e 161, totalizando 7.200 alqueires, ficando o lote 160 (900 alqueires) para o fazendeiro.

"O presidente Figueredo mandou um coronel, um capitão e um delegado federal prá liberar a área. Ai ele ficaram aqui em casa dois dia. Juntaram 503 pessoa no barraco. Parecia uma romaria. Ai ele fez uma reunião durante esses dois dia com o pessoal e falou que naquele dia prá frente podia deitar e dormir sossegado que pistoleiro não entrava mais nessa área e nem existia mais despejo. Ai nós ficamo tranqüilo. Ai o GETAT veio, mediu as terra, depois passado um ano deu a documentação."(49).

"Depois que aconteceu aquilo tudo lá, apareceu um coronel e mandou liberar prá nós. Ai foi na fazenda marcou um dia uma reunião lá e disse pro gerente da fazenda: a lei tá aqui na minha mão, tudo que acontecer lá você é responsável. Se sumir um posseiro comido de onça, você é

(49) Depoimento de posseiro.

responsável por ele. Prá nós, ele disse: vocês tenha cuidado que agora acabou a guerra. Vocês tenha cuidado com a briga entre posseiro. Vai aparecer os mais esperto. A briga com fazendeiro nós entramo pelo meio, nós somo responsável mais, não entramo em briga de posseiro com posseiro".(50).

Após as eleições de 15/11/82, o GETAT entrou na área para fazer a vistoria e, alegando que precisava transferir oitenta (80) posseiros do lote que não havia sido desapropriado (lote 160), propôs uma "operação de recorte" das terras. Essa "operação" consistia em reduzir as posses de 15 a 25 alqueires para 10 alqueires, o que ocasionou fortes conflitos entre os posseiros da área desapropriada e dos posseiros do lote não desapropriado.

Apesar do documento manifestando insatisfação, enviado a Câmara Federal em Brasília, a CONTAG, ao Ministério da Justiça, ao Ministério para Assuntos Fundiários e ao GETAT, no qual explicam a impossibilidade da transferência dos posseiros do lote 160 para a área desapropriada, o GETAT prosseguiu com a "operação recorte", chegando inclusive a ameaçar os posseiros: ou aceitam os 10 alqueires ou a Polícia Federal

(50) Depoimento de posseiro.

vai entrar na área.

"Fizemos uma picada de 22 alqueire mais eles (GETAT) me tomaram e eu só fiquei com 12 alqueire. Tiraram 10 lá no fundo. O próprio GETAT cortou e tirou. O GETAT disse que não tinha condição de um colono, um posseiro ficar com 22 alqueire de terra. Disse que o direito era só 10 alqueire de terra".(51).

"Depois que terminou o conflito, o GETAT entrou prá cortar. nós dissemos que as terra já tava cortada, que nós todo era pequeno, com posse de 20, 10 e 12 alqueire. Mais não teve jeito, o GETAT cortou de novo as terra. Terra de 20 alqueire, cortou e deixou só de 10. A conversa era de que as terra era pouca e o povo era muito".(52).

Mais uma vez, o poder falou mais alto e os posseiros tiveram que diminuir o tamanho de suas posses. O GETAT, tentando amenizar a imposição do recorte, começou a sugerir a venda do que excedesse de 10 alqueires.

(51), (52) Depoimentos de posseiros.

"Depois que o GETAT acabou de dividir, falou que a terra era minha e que eu não podia receber a escritura mais, eu podia fazer o que eu quisesse com o que passasse de 10 alqueire. Podia dar, podia vender. Ai eu peguei e vendi baratim porque naquela época todo mundo tinha um pedacim prá vender".(53).

A partir de então, começou a venda indiscriminada da terra. Inicialmente, por sugestão do próprio GETAT, os posseiros vendiam o que restava após a retirada dos 10 alqueires; em seguida, foram vendendo o restante da posse uma vez que, após a titulação da terra, os posseiros ficaram esquecidos em suas terras, sem a menor condição de permanência.

(53) Depoimento de posseiro.

ESTADO DO PARÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

:-: MANDADO LIMINAR DE MANUTENÇÃO DE POSSE :-:

O DOUTOR JURACY MARQUES TAVARES, JUIZ
DE DIREITO EM EXERCÍCIO DE STA COMARCA
DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, ESTADO DO
PARÁ, NA FORMA DA LEI, etc.

M D A ao Oficial de Justiça deste Juízo, que em cumprimento do presen-
te mandado, indo por mim devidamente assinado, se dirija nesta comarca, no
local denominado "Fazenda Tupanciretã", nas proximidade do povoado de Xin-
guara e ali sendo mantenha na posse os autores FLAVIO PINHO DE ALMEIDA e -
sua mulher SILVIA LEDA DO AMARAL PINHO DE ALMEIDA e retirando da referida-
fazenda os indivíduos RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA, JOSÉ RODRIGUES CHAVES,-
ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, CICERO AMADO, ANTONIO NAZARIO, JOSÉ NAZARIOS -
e outros invasores que ali se encontram e que se recusam a dizer os nomes,-
conduzindo todos os seus pertences, procedendo em seguida a citação dos -
mesmos, tudo em conformidade com a cópia da petição anexa que fica fazendo
parte integrante deste mandado.- Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.
Dado e passado nesta cidade e comarca da Conceição do Araguaia, Estado do
Pará, aos vinte e quatro (24) dias do mês de abril do ano de mil novecentos
e setenta e nove (1979).- Eu, ... datilografai e subscrevi.

Dr. Juracy Marques Tavares

Juiz de Direito em exercício



11

△

Apêlo de mãe de família de Xinguara ao Presidente da República
exigindo terra

Xinguara, 8 de agosto de 1981.

Excelentíssimo Sr.: Presidente da Republica

João Batista de Figueredo

Ouçá o nosso apêlo

Nos pobres mães de família de Xinguara, viemos por meio des-
cobrir ao vosso conhecimento, as dificuldades que temos sofrido nestes
tempos e que ainda continuamos sofrendo. E ao mesmo tempo implorar
ajuda e proteção. Temos certeza que, realmente o Senhor pode nos aj
por isso que o procuramos. Há quase três (3) anos, is
1979, que os nossos maridos, obrigados pela fome que invadiu es
lares, pois não tínhamos reça para plantar e nem dinheiro para conse
alimento. Entraram ~~xxxx~~ em uma área de terra, a fim de cultivá-la e
tirar o sustento que é indispensável a sobrevivência de nessas famílias.
imensidão de terra improdutiva onde tem capacidade para abrigar muitas
famílias. Mas ao iniciarem serviço, começaram a serem perturbados por grupos
homens armados a quem o pove dá o nome de pistoleiro. Ameaçando de morte
nem tentasse permanecer na terra. Alegando que a área ocupada pelos possei
res pertença a Famosa Fazenda Tupã Ciretã. A qual sua fama e conhecida
nemida por todos na Região. Mas a fome é mais forte que o medo. E sabendo
pois que a terra é para quem nela trabalha, os posseiros tentaram permane
cer na terra. Depois das ameaças dos pistoleiros veio a policia e muitos
posseiros foram presos e levados a sede da Fazenda, onde foram barbaramente
torturados. Obrigados a largarem suas posses, muitos com suas reças queima
das, sobre ameaça de morte. Tiveram que largar suas ferramentas foices, ma
chados, enxadas, máquina de plantar, traia de cozinha e comestíveis e ain
seus barracos foram queimados. Alguns obrigados a por fuge com suas pre
rias mães e sobre a mira das armas dos pistoleiros. Tantas vezes tentassem
trabalhar eram impedidos de continuar.

O INCRA prometia que esperassem que ia sair terra para todos.
Mas isto não acontecia nunca, só davam apoio aos tubarões. Passamos dias e
mais dias enfrentando filas, perdendo semanas e mais semanas de serviço. E
a espera tornou-se longa. E continuamos a ver as nossas crianças a chorarem
com fome. Sumiu o INCRA, surgiu o GETAT e a situação continua a mesma. Qua
se toda a população de Xinguara são lavradores e aqui vieram a procura de
um pedaço de terra para morar e muito mais da metade ainda não conseguiram
terra para plantar. O GETAT está fazendo o mesmo que o INCRA, cortando só
as terras rifugadas pelo fazendeiro e a quase 200 kms de Xinguara para os
pobres pais de família que não tem condições de comprar nem um jumento para
andar. E deixando as terras boas para cultura e perto da cidade para os rí
cos, que tem dinheiro para comprar carro e avião. Mas nos pobres temos que
se valer das próprias pernas, quando temos que ir a cidade comprar um leite
ou um remédio para um filho. Em uma viagem que pode durar seis dias, tres
(3) para ir e tres (3) para voltar.

E o pior é que as terras não servem para cultura. Segundo
a informação de alguns homens que depois de 3 ou 4 anos de espera, consegui
ram receber ~~em~~ 10 alqueires desta bendita terra, mas foram obrigados a dividir

tir porque de maneira alguma a terra servia para quem quer trabalhar nela.

Voltando ao assunto principal de nossa carta. Agora mais uma vez, fomos expulsos de nossas poswes. Por mais de 60 soldados da polícia militar do Estado do Pará a mandado do juiz e com o apoio do GETAT. Mas nos voltamos e estamos com as roças prontas. Mas à sempre a ameaça que vai a polícia, que vai pistoleiro, para nos expulsar novamente. O fazendeiro já tirou toda a madeira de mais valor, que é o mogno. E agora está querendo tirar a madeira branca. Mas na verdade o que nos queremos da Vossa Exelência é uma solução definitiva e positiva de maneira que possamos continuar na terra, plantar nossas roças, sem correr o risco de ser atacados por pistoleiros ou mesmo pela polícia. Pois precisamos da terra para poder sobreviver. Temos certeza que a Vossa Exelencia vai nos ajudar. E não admitir que mais de 30 famílias fiquem expostas a fome. Enquanto um tubarão toma conta de grande parte do nosso Brasil os nossos filhos passam fome. Ele é bastante rico é de banco. Quer a terra para plantar capim no lugar de arroz, feijão, batata... que é o que gente come. E criar gado no lugar de gente. A gente, somos brasileiros, os nossos filhos também são brasileiros e temo de viver. E não temos outro meio de sobreviver se não busamos plantar.

Alem do mais ainda sobra muita terra para o fazendeiro criticar. Os posseiros mais perto da Fazenda estão com 11 (onze) km de terra. Nós queremos que o GETAT vá fazer vistoria para nos dar total garantia.

Aguardamos providência com urgencia, o nosso caso está se agravando e nos tememos pelas vidas dos nossos maridos.

Desde já agradecemos.

= // =

(Segue 74 assinaturas e a quantidade de filhos de cada mãe).

Eu, Ângelo Ribeiro da Silva, 70 anos, vinha no arrastador de madeira à procura do meu filho Domingos que tinha saído para caçar. Eu já estava preocupado com a demora dele. Isto era umas 3 horas da tarde do dia 22 de Setembro, quando vi dois carros madeireiros: um do Paulo e outro do Rubens. Me encostei perto da cabine, digo, passei por perto da cabine, pra ver se era o meu filho Domingo que vinha chegando. Dentro do carro do Paulo, que estava logo atrás do carro do Rubens, estava um homem escondido na cabine porque abriu ligeiro a porta do carro e logo apontou a boca do revólver para mim e eu corri assustado. Ele gritou: Não corre que é a polícia. Eu virei as costas com medo e ele atirou. Este homem era forte, claro, barbudo, de sombrancelhas largas que depois me disseram que era o oficial de justiça de nome Maurício. Quando corri, vi tinha outras pessoas perto dele mas eu não reconheci quem era. Quando recebi os dois tiros: um acima dos rins e outro no quadril, minha boca caiu e minha espingarda eu soltei no chão. Era uma espingarda 36. De dentro da boraca tinha CR\$1.200,00, uma lata de frito, algumas frutas. Saí na mata com o sangue escorrendo, até encontrar com o meu filho na estrada. Já era 2 horas da madrugada. Meu filho voltou no carro madeireiro do Paulo, descarregou a madeira, fez ligação direta e me trouxe para o Hospital Cristo Redentor. No carro já não estava mais um moto-serra, a gasolina que meu filho tinha deixado no carro. Também no lugar não estava mais a minha boraca com o dinheiro, a espingarda nem os outros pertences que eu tinha deixado. Quando cheguei no Hospital em Xinguara já era 3 horas da madrugada. Lá eu fiquei até no outro dia. O médico só deu medicamento e me cobrou CR\$4.00,00 que meu filho teve que pagar.

Conceição do Araguaia, 26 de Setembro de 1.981.

Ângelo Ribeiro da Silva

anexo 640
T.E. P.
Luzia
Tupaciretã

- R E L A T Ó R I O -

CASO TUPACIRETÃ:

Este é um conflito que a tres anos vem ocorrendo entre aproximadamente 400 famílias de posseiros e a Fazenda Tupaciretã, que o barão paulista, Flávio Pinho de Almeida, alega ser de sua propriedade.

A área em litígio atinge uma extensão de 9 glebas de 900 alqueires que corresponde a 40.500 hec., situada na PA-150, no Km 230 na direção a Xinguara.

Em 1979, os posseiros foram despejados tres vezes, sendo o despejo o mais violento da região do Araguaia: no início de 1979, cerca de 50 soldados de Marabá, Xinguara e Conceição foram deslocados para consumar o despejo dos lavradores. Foi o início de um massacre na região: 1º- uma criança de 7 anos foi espancada por policiais e um oficial-de-justiça para informar o local onde seu pai estava escondido para não ser preso e torturado; 2º- violências sexuais como um posseiro servir de mulher para outro posseiro; 3º- prisões, espancamentos generalizados; 4º- fechamento de estradas que dão acesso às posses dos lavradores; 5º- um posseiro foi obrigado a retirar um sapato de um pistoleiro morto e a cheirá-lo, como também obrigado a engolir um cigarro aceso; 6º- casas foram queimadas. Estes fatos foram fartamente denunciados, divulgados à imprensa conforme denúncias e recortes em anexo.

Estes abusos e violências praticadas na região deram origem ao Ato Público de Xinguara, no dia 22 de outubro de 79, reunindo em torno de 8 mil pessoas, com a presença da imprensa, bispos, CONTAG e outras entidades.

Desde estes acontecimentos a fazenda tem mantido pistoleiros na área para pressionar os posseiros e impedir que estes plantem suas roças e permaneçam na área. Constantemente na área uma média de 8 pistoleiros e a ameaça de trazer um capinhão de jagunços para ocuparem as áreas já beneficiadas pelos posseiros.

Em junho deste ano aproximadamente 60 soldados da F.F. foram fazer novo despejo na área. Levavam uma ordem judicial com nomes de posseiros que foram fornecidos possivelmente por pistoleiros e por funcio

nários do GETAT. Houve muita arbitrariedade no cumprimento do mandato judicial, tais como: obrigar os lavradores a assinarem papel em branco, destruíram mantimentos, prisão de pessoas não envolvidas no caso, apreensão de instrumentos de trabalho e utensílios. (Ver relatório em anexo)

No mes passado nova investida dos pistoleiros com prisão de lavradores, apreensão de madeira e ameaças feitas pelos próprios pistoleiros, acobertados pelo destacamento policial de Xinguara.

Desde o dia 14 de setembro encontra-se na área um forte aparato policial, em torno de 200 Hl, comandados pelo Tenente Silvano, acompanhando o oficial-de-justiça Laurício, que em 79 praticou violências contra estes mesmos lavradores. Cumprem um mandato judicial, na tanto são conduzidos à área pelo próprio gerente da fazenda e posseiros. A Polícia Militar se espalhou pela área em grupos para despejos e deixando pistoleiros nos barracos.

Conforme os despejos anteriores, neste também as arbitrariedades e violências estão sendo praticadas: 1º- no dia 17 de setembro a polícia baleou pelas costas o lavrador Ângelo Ribeiro da Silva, de 70 anos, que se encontra hospitalizado em Xinguara; 2º- o posseiro Rubens, está sendo espancado e obrigado a mostrar onde se encontram os outros lavradores, seja na mata ou no povoado; 3º- num barraco onde havia 3 posseiros, chegaram 50 policiais e 11 pistoleiros que bateram muito em dois deles, ameaçou furar sua barriga com a faca, e bateram nas costas e nas mãos com o cabo do machado; 4º- em outro barraco chegaram 20 policiais onde se encontravam duas famílias que foram despejadas e levadas para o povoado com todos seus pertences; com a presença dos policiais armados, uma das mulheres, Edna, gestante de 2 meses, se assustou o que provocou um aborto; 5º- dois garimpeiros que vinham do garimpo pela estrada que conduz à fazenda foram espancados e obrigados a assinar como invasores um papel em branco.

Neste mesmo dia um grupo de 20 mulheres destes lavradores e tres deles, foram ao GETAT, em Xinguara, para reclamar das violências que estavam sendo praticadas durante os despejos. O executor responsável por aquela unidade, conhecido como José, falou que não tinha nada a ver com o caso, e que isto cabia só ao juiz. Esta não é a primeira vez que os lavradores e as suas mulheres comparecem ao GETAT exigindo providências por parte deste órgão. Em todas estas ocasiões o GETAT tem

se negado a intervir no caso, alegando que o fazendeiro tem documentos da terra.

Diante destes acontecimentos, as 400 famílias de lavradores da área em conflito necessitam de uma solução urgente por parte dos órgãos competentes e das autoridades.

21 de setembro de 1981.

CASO TUPÃ-CIRETÃ

Eu, Vicente de Souza Braga, de 55 anos de idade e meu companheiro de nome Do Carmo vinha a pé na estrada da Fazenda Barreiro Preto em direção à Xinguara, quando apareceu 7 soldados numa caminhoneta vindo da Fazenda Tupã-Ciretã. Perguntaram de onde nós vinha e eu, Vicente, respondi que a nós era posseiro naquela área. Eles me xingaram de bandido e mandaram eu e o meu companheiro deitar no chão e sair rolando. O meu companheiro não quis rolar na picarra e o soldado deu um chute nas costelas dele com a bota que até hoje está machucado. Um soldado disse pra nós: rola, rola que eu quero dar uns titos. Nós rolamos e o soldado atirou em mim mas a bala só acertou no meu boné e furou. Daí pegaram nós e mandaram entrar na caminhoneta e levaram para a sede da Fazenda Tupã. Lá na sede eles amolaram demais eu: pegava nas minhas orelhas, puxava e levavam o facão dizendo iam sortar. Os soldados é que fizeram isso comigo e com o meu companheiro Do Carmo. Ficamos na Fazenda de 1 hora da tarde do dia 23 de Setembro até as 6 horas da tarde. Eu e meu companheiro ficamos todo esse tempo lá na sede sem comer. Se nós quizesse voltar pra casa tivemos que vir a pé e na estrada pegar um carro até Xinguara. Era uma distância de uns 40 Km de lá em Xinguara. Lá na sede tinha muitos homens que eu não conhecia.

Conceição do Araguaia, 26 de Setembro de 1.981.



Do Carmo Pereira da Silva

Vicente de Souza Braga

15

CASO TUPÃ-CIREM

Eu, Emiliano Neres da Silva, de 27 anos de idade, estava no dia 22 de Setembro de 1.981, descansando depois do almoço, mais ou menos 12 horas, quando chegaram 3 carros da polícia: 1 DIO, 1 VARIANT e uma KOMBI com mais ou menos 40 homens. A maioria estava fardado e tinha uns sem farda. Eu estava com mais dois companheiros. Eles deram ordem pra gente arrumar os trem e enquanto isso eles investigavam a gente perguntando se a gente tinha ido com ordem da Caçadora. Nós respondemos que tinha ido por nossa conta. Então, um policial do tipo: alto, moreno, magro, cabelo preso, deu duas lapada de facão embainhado nas minhas nádegas e depois três pancadas com o cabo de machado nas minhas costas. Depois, agrediu um dos meus companheiros de nome Edvaldo Pereira Silva com uma lapada de facão nas costas e duas pancadas de cabo de machado nas mãos. Ainda queria agredir também o outro companheiro que era velho, de apelido "GAU", mas os outros companheiros dele não permitiram. Colocaram nós na DIO e queriam que eu mostrasse o rancho dos tres poseiros. Eu disse que não sabia e o mesmo soldado puxou um facão e levou na minha barriga mas eu afastei com a mão. Daí ele falou: Como é que eu levo o facão na sua barriga e você tira, rapaz? Eu respondi: Eu não vou deixar você me furar. Um outro gordo de farda mandou que ele parasse. Daí pra frente eles deixam nós em paz, mas sempre obrigando nós acompanhar eles na mata até de noite. A base de 19:30 eles deixaram nós (já era uns 15 companheiros), perto da Xingu. Quando eles iam pegando nós iam obrigando a assinar uma folha de papel branco.

Conceição do Araguaia, 26 de Setembro de 1.981.

Emiliano Neres da Silva

184

CASO - TUPÃ-CIRETÃ

Eu, Laércio Carlos dos Santos, de 21 anos de idade, vinha da sede da Fazenda do GILICO (Vêrgilio) que fica há uns 300 metros da minha posse. Era uma base de 09 (nove horas) do dia 19 de Setembro, quando uma 010 parou e dentro dela esta o contador da Tupã-Ciretã, nove soldados e três pistoleiros. O contador perguntou de onde eu vinha e eu disse: Venho do Arlindo. O sargento disse: Fala logo quem você é pois quem tá nessa área é invasor. Perguntou onde era o meu barracoe, apontando: 09 fuzis, 1 luv dinha e os pistoleiros espingardas 38 de bala de repetição e outros com revólver. Errei a picada e me perdi com eles na mata. Meu calçado saiu do pé, me abaixei para calçar, aí o sargento me deu um chute com o "cotur mo". Passei o resto do dia andando e mancando. Quando chegamos na picada que ia para para o meu barraco, andamos uma base de (300) trezentos metros e foi um pistoleiro comigo. Mandou que eu colocasse todas as minhas coisas num sacco. Ficou muito pesado e eu fui obrigado a carregar sozinho correndo na picada e o pistoleiro atrás de mim dizendo: Vamos ligeiro! Chegamos novamente na D.10. Perguntaram por meu companheiro, um velho. Mandaram eu subir no carro. Eu tinha uma toalha que joguei em cima do carro. Um policial pegou essa toalha, amarrrou no meu pescoço e me deu pra subir no carro. Daí em diante, iam parando o carro para me mostrar os barracos dos outros posseiros. Eu não conhecia. Se conhecesse eu tinha mostrado mostrado porque eu estava sofrendo muito. Me jogaram na frente para ir procurando os barracos. Eu ia pelas picadas pra ver se encontrava os barracos. Os soldados me empurravam para andar ligeiro. Eu reclamava e dizia: Se for pra andar apanhando é melhor me matar. Nessa hora um soldado me deu um tapa forte na nuca. Desde o dia 19 até o dia 25 de Setembro fui obrigado a andar no meio deles. Eu tinha medo de dizer que não ia com eles, medo deles me matar ou fazer alguma coisa comigo. Até me perguntaram se eu estava gostando de andar com eles. Os pistoleiros me fizeram uma proposta (eu, durante todos esses dias ia e voltava na fazenda): trabalhar no meio deles. Me ofereceram revólver, ordenado de CR\$15.000,00 por mês, livre de tudo. Da modo deles falar era: "machado" (revólver), "foice" (espingarda), "fiscal de picada" (pistoleiro). Essa proposta foi feita no meio da mata e eu com medo de não aceitar pois fiquei sabendo que eles tinham atirado no velho. Eu decidi comigo mesmo: ficar com eles até conseguir um jeito de escapar. No dia 23 em trampos pra mata: obrigado a derrubar barraco, a mostrar posseiro, a semear capim em todas as "roças já queimadas pelos posseiros. Tudo isso vigiado por eles, os pistoleiros. Nesse mesmo dia, parou a D.10 e eu desci primeiro. Um policial me puxou os cabelos dizendo que eu tinha que contar o que sabia. Esse mesmo policial: branco, magro, era quem sempre me dava cascudos. Ele é de Conceição do Araguaia. Ele e um outro policial, um pouco mais alto, disseram que depois do dia 14 de Outubro, eles vão pedir férias, vir trabalhar de pistoleiro na Tupã. No dia 25 eu fui jogar somente de capim. Os policiais vieram na frente. Eu fiquei atrás pra vir no caminhão. Chegando em Xinguara e pedi para ir buscar meus documentos em casa. Nessa hora um companheiro meu chegou e perguntou o que eu estava fazendo ali. Saímos juntos. Ele me contou que meus documentos estavam na GETAT e que eles tinham exigido providências para me localizar pois eu estava desaparecido. Os pistoleiros me seguiram me procuraram em casa: Chapéu de Aço, Negão e Tota. Os amigos me avisaram que os pistoleiros me perseguem todo tempo. Dia 26 os pistoleiros me acusaram nas ruas de que eu tinha pego dinheiro adiantado e que por isso tinha fugido deles. Minhas coisas estão na sede da Fazenda e eu não posso ir buscar pois sei que eles querem me matar. Penso ir buscar minhas coisas mas só com a ajuda de uma força maior que a militar.

Conceição do Araguaia, 26 de Setembro de 1.981

Laércio Carlos dos Santos

TRIBUNAL DO ARAGUAIA

8/08/83. AVISO EDITAL 1954

PODER JUDICIÁRIO — JUSTIÇA FEDERAL DE
PRIMEIRA INSTÂNCIA 1ª REGIÃO — ESTADO DO
PARÁ — Ref. Proc. n° 22.147 — EDITAL DE
CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

O Doutor JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO
SANTIAGO, Juiz Federal, no uso de suas atribuições
legais,

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem,
ou dele conhecimento tiverem, e para os fins previstos
no art. 13, do Decreto-Lei n° 554, de 25 de abril de
1969, que no processo n° 22.147, de AÇÃO DE DESA-
PROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL, movida
pela UNIÃO FEDERAL contra FLAVIO PINHO DE AL-
MEIDA e sua mulher SYLVIA LEDA AMARAL PI-
NHO DE ALMEIDA, foi depositada na CAIXA ECO-
NÔMICA FEDERAL, à ordem e disposição deste Juí-
zo, a quantia de Cr\$ 64.516.193,28 (sessenta e quatro
milhões, quinhentos e dezessete mil, cento e noventa
e três cruzeiros e vinte e oito centavos), representado
por 5.379 (cinco mil, trezentos e setenta e nove) TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA's), com valor nomi-
nal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), reajustado pa-
ra Cr\$ 11.992,75 (onze mil, novecentos e noventa e
dois cruzeiros e setenta e cinco centavos), pela Porta-
ria n° 196, de 10/09/82, do Ministro da Fazenda, va-
lor esse complementado, em moeda corrente (sobra-
emissão), pela quantia de Cr\$ 7.191,03 (sete mil, cen-
to e noventa e um cruzeiros e três centavos), a título
de indenização de uma parte do imóvel situado no mu-
nicípio de Rio Maria e Xinguara, desmembrado do
município de Concelção do Araguaia, Estado do Pará,
composto pelos lotes n°s 148, 149, 150, 151, 154, 155,
156 e 161 do loteamento ITAIPAVAS, com área apro-
ximada de 34.848 ha., objeto do processo de Desapro-
priação acima referido, como os expropriados vieram
aos autos, por seu procurador, contestar a ação,
requerendo nova avaliação de suas terras e o levanta-
mento de 80% (oitenta por cento) da quantia deposita-
da pela Autora, e para que possíveis terceiros interes-
sados se habilitem e requeiram o que for de direito, é
expedido o presente EDITAL com o prazo de trinta
(30) dias, publicado no Órgão Oficial do Estado em
jornal local, cuja cópia será afixada no local de costum-
me. DADO E PASSADO, nesta cidade de Belém, Ca-
pital do Estado do Pará, República Federativa do Bra-
sil, aos doze dias do mês de julho de mil novecentos e
oitenta e três. Eu Dr. Fernando de Souza Gregório,
Auxiliar Judiciário, o datilografei, e eu, Dr. José
Aguar Barroso, Diretor de Secretaria, o conferi e as-
sinei. Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago.

JUIZ FEDERAL

NÓS, TRABALHADORES RURAIS ASSOCIADOS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XINGUAIA, ESTADO DO PARÁ, Trazemos Diante DO GOVERNO FEDERAL AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES MAIS URGENTES EM RELAÇÃO AO PRINCIPAL ANSEIO DE NOSSA CLASSE - A TERRA, NOSSA FONTE DE

1. CONSIDERANDO SER MUITO PREJUDICIAL AOS TRABALHADORES RURAIS POSSUIROS A SUA TRANSFERÊNCIA DAS ÁREAS QUE VÊM OCUPANDO DE UM ANO, ONDE JÁ CONSTITUÍRAM SUAS BENEFITORIAS, E CONSIDERANDO AOS TRABALHADORES A INDENIZAÇÃO PARA GAIRES DE SUAS ÁREAS;

REIVINDICAMOS A GARANTIA DE PERMANÊNCIA DOS PEQUENOS POSSUIROS EM SUAS POSSES E A IMEDIATA REGULARIZAÇÃO DE SUAS ÁREAS.

2. CONSIDERANDO QUE A CHAMADA OPERAÇÃO DE RECORTE DA TERRA VEM PREJUDICANDO OS POSSUIROS ATIVOS DA REDUÇÃO DE SUAS ÁREAS, SEM CONTO DE DESPESAS DE SUAS ÁREAS;

REIVINDICAMOS QUE SEJAM MANTIDAS AS POSSES DOS TRABALHADORES RURAIS CONFORME OS PIQUES, OU SEJA, OS LIMITES JÁ ESTABELECIDOS PELOS TRABALHADORES E QUE SEJAM LEVADO EM CONSIDERAÇÃO O HÓRULO RURAL DA REGIÃO.

3. CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE LATIFÚNDIOS EM NOSSA REGIÃO, ONDE A TERRA NÃO CUMPRIR A SUA FUNÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA, A EXEMPLO DE PARTE DA ÁREA DA TUPACIGUITÁ; DA FAZENDA ALVORADA SITUA DA NA ÁREA BRASIL CENTRAL; DAS ÁREAS DEIF MURAD, BARRINDUS, ZEMI HUMAH, EVARDO AZEVEDO E ORGANIZAÇÃO DOS CLARES;

REIVINDICAMOS A DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSES SOCIAL DE TODAS AS ÁREAS DE LATIFÚNDIO E QUE SEJAM DISTRIBUÍDAS AOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, A COMEÇAR PELOS TRABALHADORES DO PRÓPRIO MUNICÍPIO E REGIÃO.

4. CONSIDERANDO A OCORRÊNCIA DE AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS NA REGIÃO PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS POR AUTORIDADES, A EXEMPLO DO QUE OCORREU RECENTEMENTE, NO INÍCIO DE MAIO DE 1953, NA LOCALIDADE DE CACHOEIRINHA, DISTRITO DE SÃO GERALDO, NESTE MUNICÍPIO, ONDE O SUBSTITUTO DO EXECUTOR DA SUB-UNIDADE DO QETAT NA PIÇARRA, D. SANTOS, ACOMPANHADO POR UM ACRIMESSOR E DOIS ELEMENTOS APRESENTADOS COMO AGENTES DA POLÍCIA FEDERAL, AGREDIRAM O TRABALHADOR RURAL MILTON GONÇALVES VIANA, POSSEIRO NA ÁREA HÁ MAIS DE CINCO ANOS, AMEAÇANDO-O DE PRISÃO E CHEGANDO A INVADIR SUA CASA E A FURAR SEUS INSTRUMENTOS DE TRABALHO, FATO ESSE TESTEMUNHADO PELA COMUNIDADE, SENDO MAIS UMA FORMA DE INTIMIDAÇÃO AOS TRABALHADORES PARA DESISTIREM DA LEGÍTIMA DEFESA DE SEUS DIREITOS;

REIVINDICAÇÕES QUE SEJAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE QUE NÃO SEJAM PERMITIDAS VIOLÊNCIAS E DELAIS ARBITRARIAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS.

5. POR FIM REIVINDICAÇÕES QUE SEJAM REEXAMINADAS AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA TERRA, QUANTO AO PRAZO E PREÇO ESTABELECIDOS PELO QETAT, COM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DOS SEUS ÓRGÃOS DE CLASSE. REIVINDICAÇÕES TAMBÉM QUE TODAS AS MEDIDAS RELACIONADAS AOS TRABALHADORES RURAIS NÃO SEJAM TOMADAS SEM A CONSULTA AOS INTERESSADOS ATRAVÉS DOS SEUS ÓRGÃOS DE CLASSE A PARTIR DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS LOCAL, FUNDADO CONFORME AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM 29 de MAIO DE 1953.

SENHORES MINISTROS, AGUARDAMOS A RESPOSTA DE VOSSAS EXCELÊNCIAS, MINISTROS DO GOVÊRNO FEDERAL.

XINGUARA, 27 DE MAIO DE 1953.

Crispim Manoel Santana

Joaquim Loureiro Pereira

Barão Costa da Silva

Antônio Loureiro Costa

Manoel Rodrigues dos Santos

Joaquim Teixeira da Silva

Março da Silva Paulo

D...T...



00032793